



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

37.psic@capes.gov.br

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Dias 19 a 21 de março de 2012
Local: CAPES – Brasília/DF**

Nos dias 19, 20 e 21 de Março de 2012 realizou-se, na sede da CAPES em Brasília, o seminário de acompanhamento anual dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia referente ao ano de 2010.

Participaram da reunião os professores Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (UFBA - Coordenador de Área), Maria Amalia Pie Abib Andery (PUCSP - Coordenador-Adjunto de Área) e os seguintes membros da comissão que consolidou as informações dos relatórios dos Programas, em 2010: Ângela Maria de Oliveira Almeida (UnB), Gerson Aparecido Yukio Tomanari (USP), Jane Corrêa (UFRJ), Maria Emilia Yamamoto (UFRN) e Maria Ângela Feitosa (UnB). Participaram também as coordenações dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. Estiveram presentes à reunião as coordenações (coordenadores ou vice-coordenadores) de 64 Programas.

Nos dias 19 e 20 de março foram feitas palestras de Diretores da CAPES aos coordenadores e comissão, com o objetivo de informar os coordenadores sobre políticas e ações da CAPES e de propiciar um contato da área com a agência.

Foram palestrantes os Profs. Lívio Amaral, Diretor de Avaliação; Marcio de Castro Silva Filho, Diretor de Relações Internacionais, Emídio Cantídio de Oliveira Filho, Diretor de Programas e Bolsas no País, e a senhora Carmem Moreira de Castro Neves, Diretora de Educação Básica Presencial.

No dia 19 de março a coordenação de área apresentou os resultados descritivos do desempenho da área em 2010. Na apresentação, intitulada **PSICOLOGIA: TENDÊNCIAS DA ÁREA – 2010**, foram detalhados os resultados da área nos quesitos (1) Proposta de Programa (2) Corpo Docente; (3) Corpo Discente, (4) Produção e (5) Inserção Social. Também foram abordadas questões e foram prestados esclarecimentos sobre o preenchimento dos relatórios dos Programas para a CAPES e sobre os critérios de avaliação da área. A apresentação é reproduzida no Anexo 1, ao final deste relatório.

Além da apresentação, foram preparados, pela coordenação de área em conjunto com a comissão que consolidou, os dados sobre o desempenho da área em 2010 e dois outros documentos também apresentados como anexos no final deste relatório: **DIAGNÓSTICO DA ÁREA PARA FINS DO ACOMPANHAMENTO ANUAL DOS**

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (COLETA 2010), no Anexo 2, e **ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS RELATÓRIOS ANUAIS (COLETA CAPES)**, no Anexo 3. Os documentos foram distribuídos às coordenações presentes como subsídio para a reunião.

Nos dias 20 e 21 de março os coordenadores de Programas reuniram-se em grupos, coordenados pelos professores que participaram da preparação do relatório sobre o desempenho da área em 2010. Os grupos discutiram, em quatro blocos de reuniões sucessivas, os seguintes temas: PROPOSTAS DO PROGRAMA (estrutura curricular, definições de linhas de pesquisa, congruência entre elementos), PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA, PRODUÇÃO TÉCNICA, INSERÇÃO SOCIAL.

O roteiro das discussões em grupo estabeleceu como objetivo discutir, em cada tema, os seguintes pontos: 1) dificuldades apontadas pelo quadro geral da área, 2) como cada Programa se insere no quadro geral da área, 3) os desafios colocados para o Programa e a área na avaliação trienal, 4) as ações e sugestões propostas pelos Programas para a avaliação trienal e como políticas a serem desenvolvidas.

Em reuniões gerais foram sintetizadas as discussões dos grupos. A seguir são arroladas as conclusões, indicações e proposições sobre cada tema.

SOBRE PROPOSTA DO PROGRAMA

1.A. Os relatórios apontam muitas discrepâncias na descrição que os Programas fazem de suas atividades de pesquisa e pluralidade de caracterizações na definição de área, linha ou projeto de pesquisa. Os coordenadores, em geral, reconhecem a necessidade de rever e aprimorar a definição e caracterização de suas linhas e projetos de pesquisa, articulando-os com sua proposta de curso e também de formação de pesquisadores e das competências profissionais e de pesquisa que se pretende produzir. Destaca-se que linhas de pesquisa são definidas por temática ou abordagem metodológica e espera-se que agreguem conjuntos de pesquisadores e/ou programas consistentes de pesquisa. Já projetos de pesquisa são, em geral, parte de linhas de pesquisa e podem ser mais detalhados, com definição de problema, método e prazos de execução, ou podem ser caracterizados como programas de pesquisa de um pesquisador e terão tempo indeterminado.

1.B. Estrutura curricular: há na área uma grande diversidade nas estruturas curriculares dos Programas. A diversidade reflete, em parte, as diversas metodologias, referenciais teóricos e contextos de pesquisa e atuação dos Programas de Psicologia. Mas reflete, também, questões relacionadas a relatórios, mas especificamente as diferentes formas como são computados os créditos nos

vários cursos, as diversas maneiras de organização de disciplinas nas subáreas e como créditos são computados para orientação de dissertação/ tese.

1.C. Perfil dos egressos: como se constatou, há necessidade de que os Programas esclareçam, em seus relatórios, as competências e habilidades que pretendem formar em seus alunos. Esta caracterização é importante, uma vez que a formação de pesquisadores e docentes é o produto mais relevante e direto da pós-graduação. Nos relatórios espera-se uma de duas formas de apresentação: cursos mais homogêneos apresentam um perfil esperado, destacando as competências e habilidades desenvolvidas durante o curso e nos cursos com mais heterogeneidade mais de um perfil deve ser descrito. Deve haver consistência entre estrutura curricular e perfis descritos. Destacou-se, ainda, a necessidade de discussão na área sobre a formação metodológica do pós-graduando, pois para alguns tal formação deve ser específica, com disciplinas que enfatizam alguma tendência metodológica, e para outros os cursos devem ter formação metodológica abrangente.

Sobre Inserção Social

Após discussão dos itens que foram listados como indicadores de inserção social na área (ver Anexo 3), os grupos de discussão destacaram que a lista proposta parece exaustiva, ainda que haja a possibilidade de haver dúvidas quanto as distinções entre inserção social versus extensão versus relevância social versus pesquisa ação versus extensão universitária.

Foram destacados dois pontos de discussão como positivos: a) a proposta para a área de que os coordenadores listem até cinco atividades/ações de inserção social que consideram as mais relevantes para o Programa, a cada ano; e b) o esclarecimento de que ações de inserção social, no contexto da avaliação dos Programas, precisam estar vinculadas às atividades de pesquisa e às especialidades dos Programas.

Sobre Produção Técnica

Enfatizou-se a importância, para a área, de valorizar a produção técnica mas também a dificuldade de fazê-lo, pois há uma infinidade de itens declarados que não permitem qualquer discriminação entre os Programas, já que há atividades desenvolvidas quase que obrigatoriamente, pela quase totalidade dos docentes. Um exemplo é a confecção de pareceres para periódicos/agências de fomento.

Houve acordo de que a indicação da área, de que cada Programa declare explicitamente 5 itens/ano (na média do triênio) entre os que considera os mais

importantes produtos de sua atividade técnica, deverá permitir que se avalie com mais clareza e se valorize este tipo de produção.

Alguns Programas sugeriram incluir como produção técnica, na listagem apresentada no documento, sugestões para a área no preenchimento do COLETA (ver Anexo 3): (a) a editoração de coleções e (b) a construção de protocolos de intervenção.

Sobre Produção Bibliográfica

Houve extensa discussão sobre os procedimentos utilizados na avaliação de periódicos (Qualis) e na classificação de livros. Foram também discutidos e esclarecidos os procedimentos e critérios de avaliação que a área utilizou no último triênio, e que pretende manter o triênio em curso. A discussão girou em torno de solicitações de esclarecimentos, possibilitando aos coordenadores maior compreensão dos itens que compõem a avaliação da produção bibliográfica dos Programas na área de Psicologia.

Alguns comentários e sugestões merecem destaque e deverão ser retomados quando da discussão da ficha de avaliação do Triênio em curso, a saber:

(a) o tempo de titulação em que um ex-aluno é considerado egresso para efeito de inclusão de sua produção – conjunta com docentes – ser considerada para o Programa;

(b) como se considera a produção bibliográfica;

(c) a possibilidade de se considerar índices de impacto nacionais da produção bibliográfica do Programa para avaliar a produção dos Programas;

(d) a possibilidade de se discutir o número de itens e os critérios de exclusão da produção que deve constar da construção da “Tabela de Melhor Produção” da área de Psicologia;

(e) a necessidade de se incluir alguma valorização para “produtos que perduram”, tais como livros com sucessivas reedições.

Também foram discutidos e esclarecidos alguns critérios e procedimentos da área quando se avalia a produção bibliográfica, especificamente: (a) a impossibilidade de se considerar como produção bibliográfica avaliada dos Programas Trabalhos Completos em Anais; (b) a necessidade de se distinguir as publicações de um egresso que não estão relacionadas à sua participação no Programa.

Finalmente, alguns Programas alertaram que algumas ações implementadas, nos próprios Programas, com vistas à elevação dos seus índices de produção bibliográfica, devem ser avaliadas com cuidado. Em primeiro lugar, foram discutidas algumas ações, tais como exigir que teses e dissertações sejam submetidas já no formato de artigos para Periódicos. Os coordenadores lembraram que dissertações e teses não são a mesma coisa que artigos, e há perigo de se perder especificidade do

trabalho de Dissertação ou Tese. Os coordenadores referiram também os perigos da excessiva preocupação com quantidade de produção com o risco de se “enviesar” a pesquisa na área, no sentido de se dar prioridade a métodos de investigação e problemas de pesquisa com prazos curtos de execução e maior potencial de aceitação para publicação.

Sobre Questões Gerais

Alguns coordenadores sugeriram que a área adote dois conjuntos de critérios: um para Programas com nível de Mestrado e outro para os Programas que têm também o Doutorado. Esclareceu-se que temos um único sistema de avaliação, e que não se pode distinguir os Programas, principalmente com base em seus níveis, e que especificidades dos Programas são consideradas, destacando questões como: região em que está o Programa, tempo de implantação, sub-área do Programa, tamanho do corpo docente entre outros,

A questão da internacionalização foi discutida, detectando-se que se trata de uma tendência importante e uma demanda à qual os Programas deverão responder. Destacou-se que a internacionalização tem duas direções: enviar e receber pesquisadores e alunos e que ambos os movimentos devem ser considerados pela área.

Ainda com relação à internacionalização, ponderou-se a necessidade de aumentar a proficiência em língua inglesa de docentes e discentes da pós-graduação, o que se espera observar do relatório trienal do último ano do triênio

Sobre a avaliação da reunião

Ao término da reunião, foi feita uma avaliação, mesmo que rápida, da mesma. Tal avaliação se mostra importante por estarmos inaugurando um novo formato de acompanhamento dos Programas e termos a expectativa de que este novo formato tenha impactos positivos.

Todas as falas de coordenadores participantes, assim como os pequenos textos gerados por aqueles que assim o preferiram, destacaram os aspectos positivos da reunião.

Em um esforço de síntese, podemos destacar como aspectos mais positivos:

- a) o fato do novo formato permitir uma interação entre todos os Programas, oportunidade para troca de experiências, aprendizado coletivo;

- b) a possibilidade de cada Programa ter acesso a um diagnóstico geral da área, podendo localizar-se no conjunto do sistema de pós-graduação em Psicologia;
- c) a produção do Manual para a elaboração do relatório foi vista como uma grande contribuição para o árduo trabalho das coordenações dos Programas, oferecendo indicações relevantes e úteis sobre como prestar todas as informações relevantes ao tempo em que simplifica o processo eliminando informações desnecessárias;
- d) o formato da reunião, combinando apresentações e trabalho em grupo, no qual os conteúdos puderam ser aprofundados e cada programa pode colocar a sua realidade e defender os pontos de vista que considera importante;
- e) O clima geral da reunião assegurou um ambiente positivo para as discussões, com o reconhecimento de que a coordenação de área e o grupo de consultores que trabalhou no diagnóstico e apoiou o trabalho dos grupos, produziram informações relevantes e permitiram que todas as discussões ocorressem em elevado nível, sem tensões de qualquer ordem.

Brasília, 10 de abril de 2012

Coordenador de Área: *Antonio Virgílio Bittencourt Bastos*
Coordenador-Adjunto de Área: *Maria Amalia Pie Abib Andery*



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

37.psic@capes.gov.br

ANEXO 1

PSICOLOGIA: TENDÊNCIAS DA ÁREA – 2010

Psicologia: tendências da área 2010 SEMINÁRIO ACOMPANHAMENTO

Coordenador

Antônio Virgílio B. Bastos

Coordenadora Adjunta

Maria Amália P. A. Andery

Comissão de acompanhamento - 2010

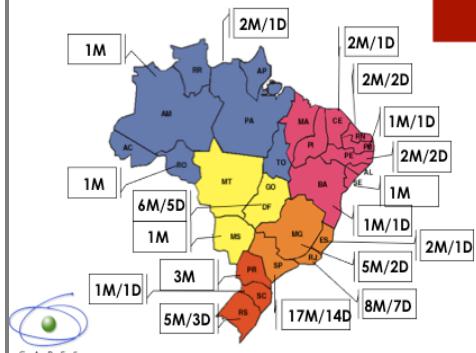
- Antônio Virgílio B. Bastos (UFBA)
- Maria Amália P. A. Andery (PUCSP)
- Ângela Maria de Oliveira Almeida (UnB)
- Gerson Aparecido Yukio Tomanari (USP)
- Jane Corrêa (UFRJ)
- Maria Emilia Yamamoto (UFRN)
- Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE)
- Ricardo Primi (USF)
- Maria Ângela Feitosa (UnB)

Reunião de Acompanhamento

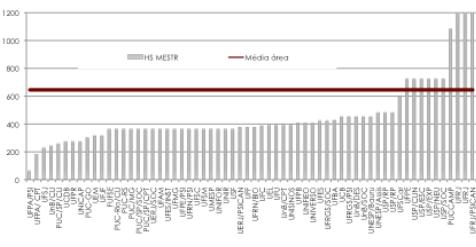
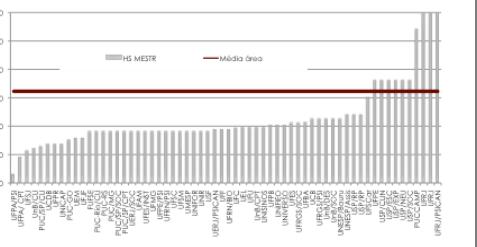
- Nova proposta da DAV: uma mudança em relação ao acompanhamento anterior
- Objetivo: socializar o desempenho da área a cada ano ao longo do triênio para que cada programa possa se autoavaliar e tomar medidas corretivas, se for o caso
- Nosso procedimento:
 - Analisamos o máximo de dados disponibilizados pelo Coleta 2010
 - Traçamos o perfil da área buscando cobrir todos os quesitos da ficha de avaliação
 - Discutir em grupos cada bloco das informações sistematizadas
 - Plenárias: apontar diretrizes para o processo de avaliação e consolidar uma compreensão dos indicadores utilizados.

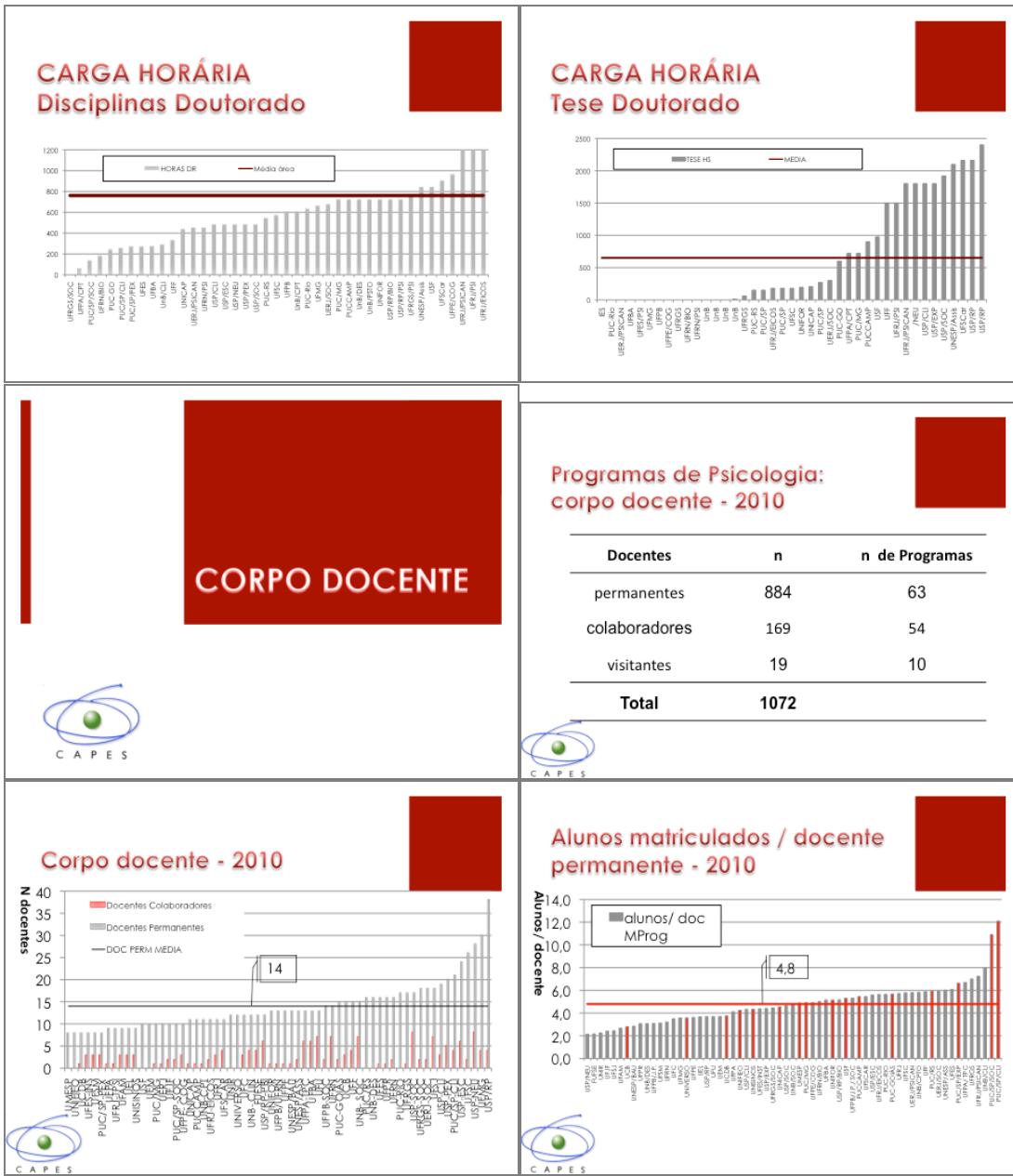
CARACTERÍSTICAS DA ÁREA - 2010

Programas de Psicologia nos estados - 2010





<h2 style="text-align: center; background-color: #c00000; color: white; padding: 10px;">PROPOSTA DE PROGRAMA</h2> <p style="text-align: center;">PSICOLOGIA 2010</p> 	<p style="color: #c00000; font-weight: bold; margin-bottom: 5px;">Programas de Psicologia: sobre pesquisa e formação nos relatórios - 2010</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Perfil de egressos bem definido?</th> <th>Perfil de egressos compatível com Área e Linhas?</th> <th>Área Concentração bem definida?</th> <th>Linhos de pesquisa bem definidas?</th> <th>Projetos de pesquisa coerentes com linhas?</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sim</td> <td>8,1</td> <td>8,1</td> <td>45,2</td> <td>37,1</td> <td>24,2</td> </tr> <tr> <td>Insuficiente</td> <td>30,6</td> <td>29</td> <td>29</td> <td>35,5</td> <td>19,4</td> </tr> <tr> <td>Não</td> <td>61,3</td> <td>62,9</td> <td>25,8</td> <td>27,4</td> <td>56,4</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table> 		Perfil de egressos bem definido?	Perfil de egressos compatível com Área e Linhas?	Área Concentração bem definida?	Linhos de pesquisa bem definidas?	Projetos de pesquisa coerentes com linhas?	Sim	8,1	8,1	45,2	37,1	24,2	Insuficiente	30,6	29	29	35,5	19,4	Não	61,3	62,9	25,8	27,4	56,4	Total	100	100	100	100	100
	Perfil de egressos bem definido?	Perfil de egressos compatível com Área e Linhas?	Área Concentração bem definida?	Linhos de pesquisa bem definidas?	Projetos de pesquisa coerentes com linhas?																										
Sim	8,1	8,1	45,2	37,1	24,2																										
Insuficiente	30,6	29	29	35,5	19,4																										
Não	61,3	62,9	25,8	27,4	56,4																										
Total	100	100	100	100	100																										
<h3>ESTRUTURA CURRICULAR</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Núcleo comum → obrigatório, universal <ul style="list-style-type: none"> ■ Métodos de pesquisa ■ Seminários de dissertação/ tese ■ ... ■ Disciplinas específicas → área de concentração/ linha de pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ■ Obrigatórias ou optativas ■ Estágio em docência ■ Componentes curriculares inovadores → pouco usuais 	<h3>EMENTAS</h3> <ul style="list-style-type: none"> ■ Foi realizada uma avaliação de uma amostra de ementas de disciplinas obrigatórias e optativas / eletivas. ■ A análise revelou: <ul style="list-style-type: none"> ■ Um padrão diversificado, dentro de um mesmo programa, na forma como as ementas são apresentadas: tamanho, conteúdo (temas ou apenas descrição sumária do objetivo), quantidade de referências. ■ Referências, em grande proporção, desatualizadas. Em alguns programas este não é um problema pontual – parece que as ementas nunca foram atualizadas desde a criação do curso. ■ Encontram-se ementas que parecem mais apropriadas para cursos de graduação, com nenhum ou reduzido acesso a referências internacionais, calcadas em livros textos, sem referências de produção em periódicos científicos. ■ Em alguns programas as ementas não têm características de ementas, incorporando elementos de justificativa, objetivos e/ou descrição de atividades. 																														
<h3>CARGA HORÁRIA</h3> <h4>Disciplinas Mestrado</h4> 	<h3>CARGA HORÁRIA DOS CURSOS – Dissertação</h3> 																														









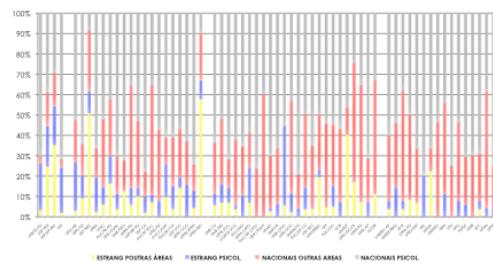


Considerações iniciais

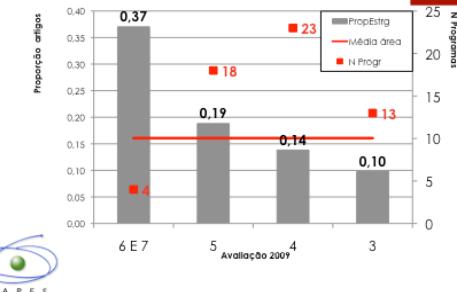
- Dados são preliminares e devem ser avaliados com cuidado:
 - referem-se a um ano apenas (2010) e
 - a base de dados com a qual se trabalhou apresenta ainda alguma instabilidade, a qual deverá ser corrigida ao logo do triénio.
 - Usamos a classificação dos cursos obtida no triénio passado
 - Os dados não podem ser efetivamente comparados pois não utilizamos a TMP – Tabela de Melhor Produção (embora muitos programas tenham ultrapassado o teto imaginado para um ano).

Produção de Artigos

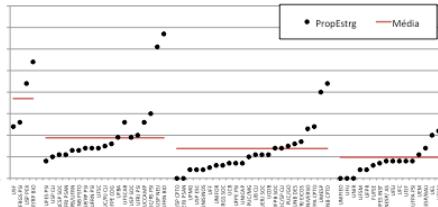
Proporção de itens por tipo de periódico



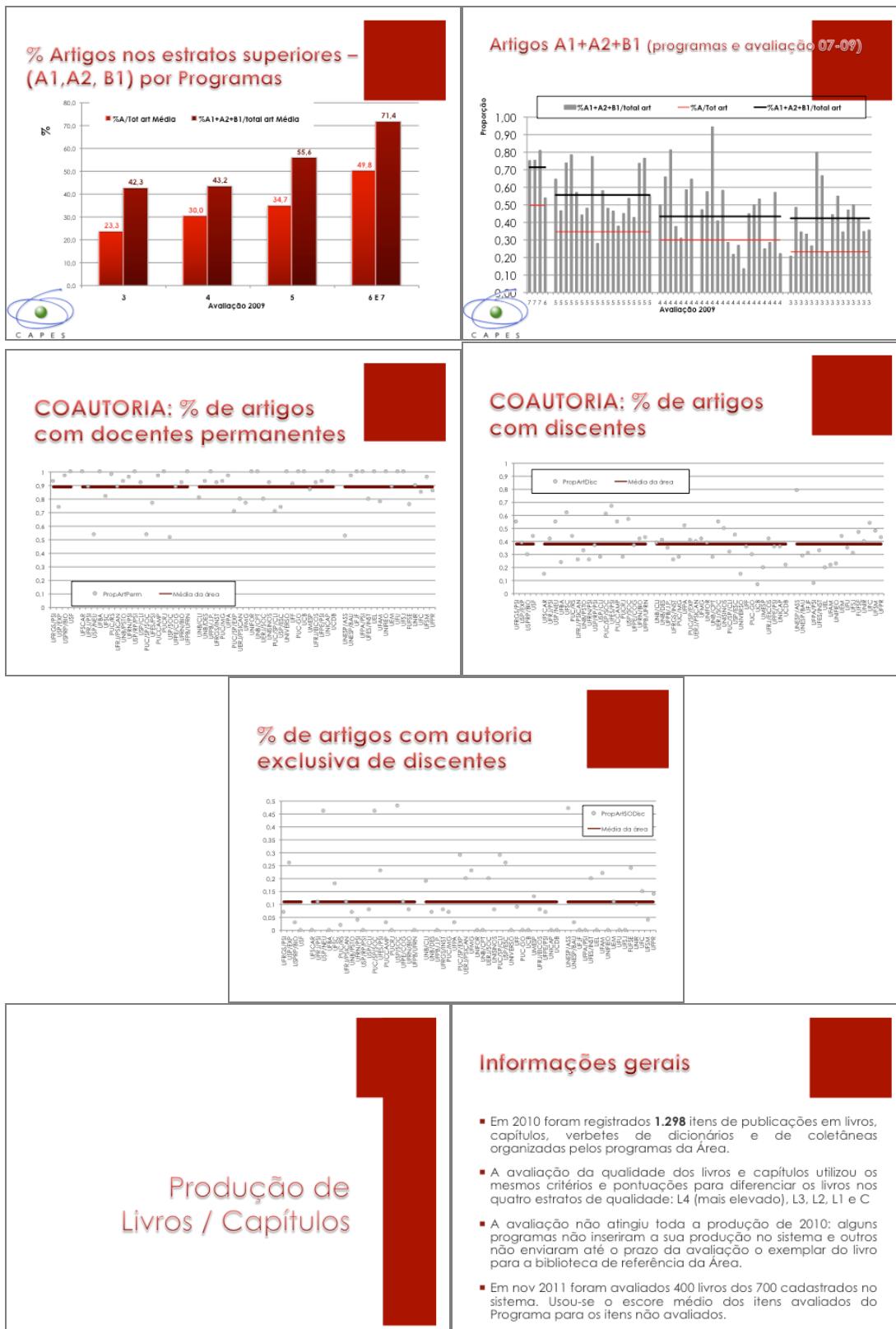
% de Artigos em periódicos estrangeiros



Produção em periódicos estrangeiros (%)

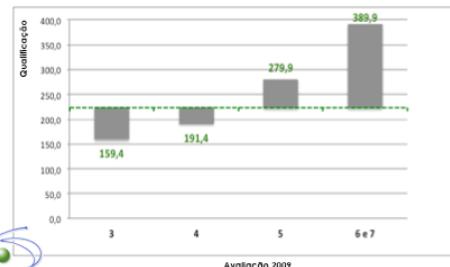




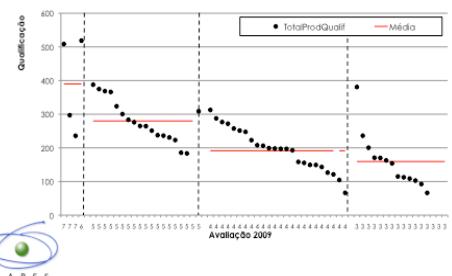




Contribuição média de docente permanente no ano de 2010 por nível de Programa



Contribuição média de cada docente permanente no ano de 2010 por Programa



QUESTÕES NORTEADORAS PARA AS DISCUSSÕES



DINÂMICA DA REUNIÃO

- QUATRO BLOCOS TEMÁTICOS:
 - **BLOCO 1:** PROPOSTAS DO PROGRAMA (estrutura curricular, definições de linhas de pesquisa, congruência entre elementos)
 - **BLOCO 2:** PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA
 - **BLOCO 3:** PRODUÇÃO TÉCNICA
 - **BLOCO 4:** INSERÇÃO SOCIAL
- **PLENÁRIA FINAL:** Elementos para a avaliação trienal. Avaliação da reunião

PARA CADA TEMA (bloco):

- QUE DIFICULDADES O QUADRO GERAL DA ÁREA APONTA?
- COMO CADA PROGRAMA SE LOCALIZA NO CONJUNTO DA ÁREA?
- QUE DESAFIOS SÃO COLOCADOS AO PROGRAMA PARA A PRÓXIMA AVALIAÇÃO TRIENAL?
- QUE AÇÕES PODEM SER DESENVOLVIDAS?
- QUE SUGESTÕES PODEM SER FEITAS PARA APRIMORAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

37.psic@capes.gov.br

ANEXO 2

DIAGNÓSTICO DA ÁREA PARA FINS DO ACOMPANHAMENTO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (COLETA 2010)



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

37.psic@capes.gov.br

**DIAGNÓSTICO DA ÁREA PARA FINS DO ACOMPANHAMENTO ANUAL DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
(COLETA 2010)**

Coordenador de Área: *Antonio Virgílio Bittencourt Bastos*

Coordenador-Adjunto de Área: *Maria Amalia Pie Abib Andery*

INTRODUÇÃO

Atendendo às diretrizes da Diretoria de Avaliação da CAPES para o acompanhamento dos Programas no triênio 2010-2012, o acompanhamento dos Programas em relação ao ano de 2010 envolve várias etapas de trabalho, as quais devem culminar com a reunião presencial com os Coordenadores de Programas e a Coordenação de área de Psicologia, a se realizar os dias 19 a 21 de março p.f., tal como explicitado no Ofício Conjunto 07/2012 (DAV-Coordenação de área).

Nos dias 13 a 17 de fevereiro ocorreu Reunião de Preparação para a Reunião da Coordenação de Área com os Coordenadores, na sede da CAPES, em Brasília. Participaram da Reunião de Preparação os professores Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (UFBA - Coordenador de Área), Maria Amalia Pie Abib Andery (PUCSP - Coordenador-Adjunto de Área), Ângela Maria de Oliveira Almeida (UnB), Gerson Aparecido Yukio Tomanari (USP), Jane Corrêa (UFRJ), Maria Emilia Yamamoto (UFRN), Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE) e Ricardo Primi (USF). Também colaborou com o grupo a professora Maria Ângela Feitosa (UnB). Na reunião foram consolidados os dados existentes, informados pelos Programas, em 2010, construindo-se uma descrição geral da área de Psicologia no ano de 2010.

A reunião foi precedida de etapas preparatórias nas quais foram feitas em 2010 e 2011 visitas a Programas previamente agendadas, a Avaliação Qualis de Periódicos e a Classificação dos Livros listados pelos Programas no ano de 2010. O trabalho da Comissão foi baseado nos Cadernos e Planilhas de Programas produzidos e preparados pela CAPES e disponibilizados à Coordenação de Área, nos documentos de Área, especialmente o “Documento de área 2007-2009” e o “Relatório de Avaliação Trienal (2007-2009)”, bem como nos dados produzidos pelas Comissões de Psicologia que trabalharam na “Avaliação Qualis de Periódicos” e na “Classificação de Livros” de 2010.

O presente documento constitui a base para discussões e análises da situação da Área na reunião presencial de acompanhamento dos Programas. Os resultados do diagnóstico realizado serão apresentados de forma a permitir que cada programa possa comparar-se com o conjunto da área e com o conjunto de Programas com o mesmo conceito, identificando dificuldades e desafios que possam ainda ser



trabalhados até a próxima avaliação trienal. A estrutura do documento reflete, em certa medida, a estrutura da nossa ficha de avaliação dos programas, passando-se pelos cinco quesitos que estruturam este processo. Preliminarmente serão apresentados dados gerais que caracterizam os programas em termos de sua estrutura e dimensão. Em seguida, para cada quesito da ficha de avaliação, são apresentados os dados que conseguimos obter e analisar até o presente momento, compondo um perfil genérico da área, sem discriminar a situação específica de cada Programa. O cuidado em não expor a situação de cada programa em particular se deve ao fato de que estamos trabalhando com dados de apenas um ano do triênio, o que constitui uma visão parcial e potencialmente não representativa do desempenho dos Programas ao cabo do período de três anos incluídos na avaliação a ser realizada em 2013.

O diagnóstico e as discussões por ocasião da reunião de acompanhamento buscam, adicionalmente, levantar elementos que possam aperfeiçoar o processo de avaliação para a próxima avaliação trienal, tornando mais precisos os critérios e os elementos que serão considerados neste processo.

Até o momento a Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES e o Conselho Técnico Científico de Educação Superior (CTC-ES) da CAPES não efetuaram mudanças significativas nas diretrizes gerais e nos critérios de Avaliação Trienal ou na Ficha de Avaliação para o presente triênio. Na reunião preparatória da Área de Psicologia, realizada de 13 a 17 de fevereiro de 2012, a Comissão presente discutiu os critérios aplicados na última Avaliação Trienal e as recentes deliberações e demais documentos publicados pela CAPES referentes à avaliação da pós-graduação e deliberou pela manutenção dos critérios em vigor, com pequenos ajustes decorrentes de uma melhor definição de alguns itens já constantes na ficha de avaliação utilizada no triênio 2007-2009. Sabemos que esses critérios deverão ser aprovados pela DAV e CTC da CAPES, mas não antecipamos até aqui mudanças substantivas na avaliação deste triênio em relação ao anterior. Assim, em princípio, deveremos trabalhar dentro do mesmo quadro de referência que pautou a avaliação anterior .

A PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE PSICOLOGIA EM 2010

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Dos 63 Programas em atividade em 2010, 34 estão alocados em IES Públicas Federais; 13 em IES Confessionais; 13 Programas em IES Públicas Estaduais e 3 Programas em IES Privadas. Dos 63 Programas, 22 possuem apenas cursos de

Mestrado e 41 mantêm cursos de Mestrado e Doutorado. Todos os 41 Programas de Doutorado são oferecidos por IES Públicas (32) ou Confessionais (9).

Este quadro, hoje, já se encontra alterado com a aprovação de novos cursos nos APCNs de 2010 e 2011.¹

2. SOBRE A DENOMINAÇÃO DOS PROGRAMAS, ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Mais da metade dos Programas (39 Programas) denominam-se "Psicologia", sendo que 13 deles mantêm "Psicologia" também como área de Concentração. Os demais 24 Programas têm denominações tais como Psicologia Social, Psicologia Clínica, Psicologia Institucional, Psicanálise/ Teoria Psicanalítica, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Escolar, Psicologia Experimental, Psicobiologia.

Os Programas mantêm de uma a três áreas de concentração. Majoritariamente, os Programas possuem uma área de concentração ($n=52$), porém há Programas com duas áreas de concentração ($n=7$) e programas com três áreas de concentração ($n=3$).

Os Programas mantêm de uma a sete linhas de pesquisa distintas por área de concentração, totalizando 202 linhas de pesquisa declaradas em 2010. As linhas de pesquisa distribuem-se diferentemente em função do número de áreas de concentração. Programas com uma única área de concentração totalizam 153 linhas de pesquisa, o que representa uma média de três linhas de pesquisa por área de concentração ou programa; Programas com duas áreas de concentração totalizam 29 linhas de pesquisas (cerca de 2 linhas de pesquisa por área de concentração ou quatro linhas de pesquisa por Programa); Programas com três áreas de concentração totalizam 20 linhas de pesquisa (o que representa cerca de duas linhas de pesquisa por área de concentração e 7 linhas de pesquisa por programa). Nota-se, entretanto, que há uma forte concentração de Programas que se organizam em duas ou três linhas de pesquisa (ver Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição da freqüência de número de linhas de projeto de pesquisa em função do número de áreas de concentração dos Programas ($n=63$) na Área de Psicologia em 2010.

¹ Na avaliação trienal de 2011, foram avaliados 64 programas, um dos quais foi descredenciado. Em 2010 foram aprovados três novos cursos de Mestrado (UFAL, UTP e UFMS). Em 2011 foram aprovados quatro novos cursos de Mestrado (UFMA, UFRRJ, UCP, UNICEUB) e três cursos de doutorado (UFPE-Psicologia, UCB e UNIVERSO). Por outro lado, o curso de doutorado em Psicologia Social da UFPB deixou de ser um curso isolado, agregando-se em um único programa com o curso de Mestrado da mesma Universidade. Assim, embora o quadro aqui traçado reporte-se aos cursos que implantados participaram do Coleta 2011 (ano base 2010) vale registrar que hoje a Área conta com 69 Programas.

Número de Linhas Pesquisa	Número de Área de Concentração		
	1	2	3
1	0	3	2
2	26	4	4
3	14	3	2
4	8	1	1
5	4	1	0
6	0	0	0
7	1	0	0

As denominações dos Programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa são muito variadas entre os cursos. Os rótulos que definem Programas, áreas de concentração ou linhas de pesquisa são frequentemente tomados um pelo outro, ou seja, o título de um programa é o mesmo que rotula uma área de concentração em outro ou uma linha de pesquisa em um terceiro. Por exemplo, muitos Programas são denominados de “Psicologia”, tendo “Psicologia” como área de concentração. Outros programas especificam a área de concentração, por exemplo, “Psicologia Experimental”, “Psicologia Clínica”, “Psicologia Social”. Alternativamente, há cursos que usam as denominações das sub-áreas como denominação do Programa. Há programas que especificam sua área de concentração no nome do Programa entre parênteses. Esta variabilidade reflete níveis distintos de categorização e, possivelmente, de densidade dos programas de pesquisa nos Programas.

A diversidade de atuação em pesquisa e formação na psicologia pode ser constatada no Quadro 2, no qual se apresenta uma categorização que considerou as áreas de concentração e linhas de pesquisa declaradas dos Programas, na tentativa de caracterizar a(s) área(s) de atuação em pesquisa e formação dos Programas.

Quadro 2. Distribuição da frequência dos campos de atuação (áreas de concentração e linhas de pesquisa) dos Programas de Pós-Graduação da Área de psicologia em 2010 (n=76).

Campo de atuação do Programa segundo área de concentração declarada	n	%
Psicologia Clinica e/ou Psicanálise	14	18,4
Subjetividade/ Processos de Subjetivação	11	14,5
Processos Psicossociais	9	11,8
Processos de Cognição	8	10,5
Psicologia e saúde	7	9,2

Psicologia do Desenvolvimento e Escolar	7	9,2
Psicologia Social e Psicologia Organizacional	6	7,9
Análise do Comportamento	6	7,9
Interfaces com Biologia	6	7,9
Avaliação Psicológica	2	2,6
Total	76	100,0

As áreas de concentração foram categorizadas a partir de aspectos que pareceram caracterizar campos de interesse específicos, embora algumas vezes os Programas se definam por temas diversos e em sua amplitude. Assim, por exemplo, Programas de áreas que podem ser tomadas como diferentes, tais como Psicologia Escolar e Desenvolvimento foram categorizados como uma categoria e o mesmo foi feito com Programas com diferentes áreas de concentração em Psicologia Social e Psicologia Organizacional e do Trabalho, por exemplo.

Mesmo assim, a distribuição apresentada no Quadro 2 auxilia a descrever a atuação em pesquisa e formação de quadros acadêmicos em Psicologia no Brasil. Como está indicado, há predominância de Programas em algumas áreas/ campos, mas há também variabilidade de atuação na área.

Destaca-se que mais de um terço das áreas de concentração (e linhas de pesquisa) relacionam-se à psicologia Clínica e/ou à Psicanálise e a temas ligados à Subjetividade. Já outros temas “tradicionalis” da Psicologia como Psicologia Social e Psicologia do Desenvolvimento têm frequência menor, ainda que nessas duas últimas categorias diferentes campos tenham sido tomado como uma só categoria.

O Quadro 3 sintetiza a avaliação das definições e articulação entre as linhas de pesquisa, áreas de concentração, o perfil do egresso dos Programas e os projetos de pesquisa em desenvolvimento. Avaliou-se se as informações constantes eram suficientes (“sim”), insuficientes (“insuficiente”) ou se as informações eram ausentes (“não”). Tal avaliação qualitativa é central para se perceber a congruência entre os elementos mais estruturais que definem a proposta do Programa nos relatórios.

Quadro 3. Avaliação das propostas dos programas com relação a “Perfil dos Egressos” e caracterização/ articulação de/ entre “Áreas de Concentração” e “Linhas e projetos de Pesquisa”, na Área de Psicologia em 2010.

Perfil de egressos bem definido?	Perfil de egressos compatível com Área e Linhas?	Área Concentração bem definida?	Linhas de pesquisa apresentadas /bem definidas?	Projetos de pesquisas apresentados/coerentes com linhas?
"Sim"	8,1	8,1	45,2	37,1
"Insuficiente"	30,6	29,0	29,0	35,5
"Não"	61,3	62,9	25,8	27,4
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

A análise das Propostas dos Programas apresentadas nos relatórios de 2010, com relação a “Perfil dos Egressos” indica que são raros os casos em que os relatórios descrevem as competências, habilidades e o perfil acadêmico e de pesquisa de seus egressos: 61% dos Programas não explicitou as competências que caracterizam o perfil dos seus egressos; 31% as definiu, porém de modo insuficiente; e apenas 8% caracterizou suficientemente o perfil esperado de seus egressos (Coluna 1 do Quadro 3). Por consequência, porcentagens semelhantes são obtidas quando se analisa a compatibilidade do perfil esperado dos egressos com as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas (Coluna 2).

Com relação à descrição das áreas de concentração oferecidas na Proposta de Programa nos relatórios (Coluna 3 do Quadro 3), estas foram consideradas bem definidas em 45% das Propostas analisadas. Em 30%, identificou-se alguma tentativa de definição, porém o resultado foi considerado incipiente, muitas vezes no caso de cursos em que a denominação da área de concentração coincide como o nome do Programa, particularmente quando o rótulo empregado é “Psicologia”. Analisadas as linhas de pesquisa no texto da Proposta do Programa (Coluna 4) nos relatórios de 2010, 37% dos Programas apresentam-nas e definem-nas adequadamente; 35% definem-nas insuficientemente; e 27% não as definem, ainda que, por vezes, tenham-nas identificado ou nomeado no texto.

Com relação a projetos de pesquisa (Coluna 5), cerca de 56% dos Programas não os apresentam e os articulam com as linhas de pesquisa de que fazem parte na Proposta do Programa. Cerca de 25% dos Programas o faz suficientemente e 20% o faz insuficientemente, como é o caso de Programas que listam projetos, mas não os articulam com as linhas de pesquisa, de modo a permitir constatar a coerência entre eles. Esses dados devem ser interpretados com cautela, uma vez que há Cadernos específicos para a descrição da pesquisa nos Relatórios dos Programas, mas trata-se aqui de descrever a articulação a pesquisa com a proposta de produção de conhecimento e formação do Programa.

A Figura 1 indica o número de projetos em andamento em 2010 declarados pelos Programas (barras cinza), o número de docentes permanentes (barras

vermelhas) e o número médio, por Programa, de projetos em andamento para cada docente permanente (linha preta). Nota-se que há muita variabilidade, indicando que os programas parecem descrever como projetos distintas atividades de pesquisa: o número de projetos declarados pelos programas varia de 8 a 83 e o número médio por docentes de 0,8 a 5,4.

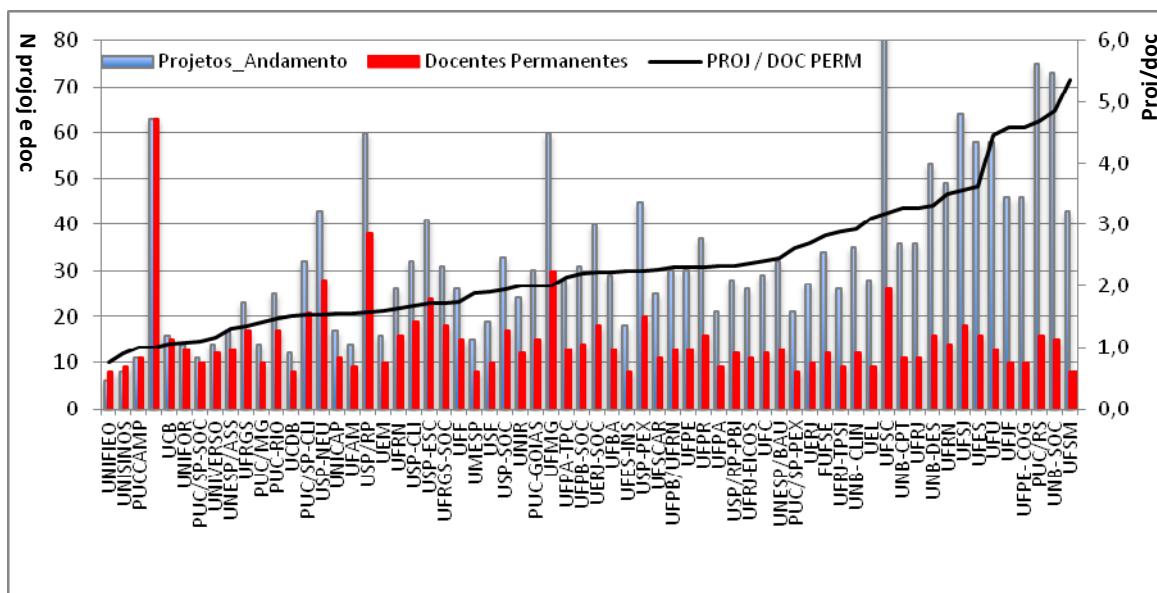


Figura 1. Número de projetos de pesquisa em andamento e número por docente permanente, nos 63 Programas da Área de Psicologia em 2010

3. SOBRE A ESTRUTURA CURRICULAR DOS PROGRAMAS

Quanto aos componentes específicos para áreas de concentração ou linhas de pesquisa, os PPGPs tendem a estruturar tais componentes em disciplinas optativas. Em cerca de 15% dos Programas tais disciplinas assumem a forma de Tópicos Especiais ou Seminários Avançados, com sua ementa variando à cada semestre ou ano letivo. O demais Programas oferecem disciplinas optativas específicas ou um sistema misto, em que há disciplinas específicas e Tópicos e Estudos avançados de ementas abertas.

Quanto à existência de um Núcleo Comum de disciplinas ou atividades, a maioria dos Programas mantém um núcleo comum, obrigatório para todos os alunos. Os PPGPs que se estruturam em torno de uma sub-área de conhecimento, cujas linhas de pesquisa contemplam temáticas em torno desta sub-área, tendem a ter como Núcleo Comum pelo menos uma disciplina que conte componha os fundamentos

teóricos desta sub-área de conhecimento e uma disciplina de Metodologia de Pesquisa. Os PPGPs que têm um caráter plural, como a própria área de Psicologia, estruturam seu Núcleo Comum contemplando disciplina de Metodologia de Pesquisa como disciplina comum às diversas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

De maneira geral, os Programas tendem também a designar como obrigatorias disciplinas voltadas para o planejamento e orientação dos projetos de dissertação e tese, como seminários de pesquisa para o engajamento dos pós-graduandos em práticas supervisionadas em pesquisas institucionais. Alguns Programas, porém, designam como obrigatorias disciplinas que são específicas das linhas de pesquisa ou projetos nos quais os discentes estão engajados (geralmente projetos de tese ou dissertação), o que não se constitui em núcleo comum. Em Programas que apresentam este tipo de organização, a formação do aluno fica sob responsabilidade do orientador ou a critério do próprio aluno.

- **Sobre formação metodológica**

A maior parte dos Programas contempla a formação metodológica com a disciplina de Metodologia de Pesquisa. Alguns Programas o fazem de forma específica nas disciplinas de Seminário de Pesquisa, Planejamento de Pesquisa ou equivalentes. Alguns cursos descrevem, ainda, disciplinas optativas contemplando determinados métodos de pesquisa e análise de dados.

Constata-se que alguns Programas limitam a formação metodológica de várias maneiras: restringindo a formação metodológica à linha de pesquisa, orientador ou projeto; demarcando um tipo de metodologia, mesmo quando o Programa é de caráter amplo, por exemplo, "Psicologia"; ou oferecendo disciplinas metodológicas apenas no bloco de disciplinas eletivas, o que dá margem para que o aluno termine a formação sem, necessariamente, passar por uma disciplina de metodologia.

- **Sobre os componentes para a formação pedagógica**

A tendência geral na área é a existência do Estágio em Docência como disciplina: a) obrigatória a todos os alunos; b) obrigatória aos bolsistas e facultativa aos demais (embora encorajados a fazer tal disciplina). Com exceção de alguns poucos relatórios, os Programas não descrevem se e como os alunos são preparados para a atividade docente.

- **Sobre componentes curriculares inovadores ou diferenciados**

Poucos Programas relatam inovações curriculares. Acreditamos que isto represente provavelmente uma omissão no relato de atividades inovadoras mais do que sua ausência nos Programas. Ressaltamos algumas atividades que chamaram a

atenção, embora esteja claro que estas, e outras, podem estar presentes em outros Programas que não as incluíram em seus relatórios. Alguns exemplos de componentes curriculares considerados inovadores relatados no relatório de 2010 foram:

- “Projetos Aplicados em Psicologia”, é disciplina dedicada a trabalhos de extensão junto à comunidade. Esta atividade promove não apenas a integração com a graduação como a integração entre os alunos de pós, que planejam atividades conjuntamente. Todas as atividades de extensão são registradas oficialmente na Universidade sob a coordenação do professor orientador e os respectivos relatórios são avaliados pelos professores coordenadores da disciplina.
- Disciplinas dirigidas à redação de um artigo científico, de maneira que o aluno termina a disciplina com o artigo pronto para ser submetido.

- **Sobre as ementas**

As ementas foram analisadas conforme os Cadernos de 2009, os mais recentes disponíveis por ocasião da reunião.

De uma forma geral as ementas estão descritas com clareza e suficiência, seus conteúdos são pertinentes e consistentes com a denominação das disciplinas, e são características de disciplinas de pós-graduação. No entanto, não é raro encontrar-se ementas com uma descrição muito sumária, outras cujo conteúdo não guarda estreita relação com o nome da disciplina. Várias disciplinas se confundem com a descrição de funcionamento de núcleos de pesquisa, suas linhas de pesquisa, objetivos, atividades.

No entanto, um problema aparece de forma mais disseminada: inúmeras ementas estão acompanhadas de bibliografias desatualizadas (com pouca representatividade da literatura da última década), sugerindo que o que foi apresentado no relatório do Programa se trata da proposta inicial da disciplina, ou espelha a oferta de disciplina em ocasião diversa da do período de avaliação.

Em vários casos, a bibliografia se constitui exclusiva ou primordialmente de livros com características de manuais, majoritariamente nacionais ou traduções, minimizando o estudo das obras originais, ou a literatura primária (periódicos), o que ocorre com mais frequência nas áreas clínica e social. Já nas áreas experimentais (como cognição, análise do comportamento, psicobiologia) é mais comum o uso de periódicos na bibliografia das disciplinas. Em vários casos a bibliografia consiste de várias dezenas de livros, colocando em dúvida a viabilidade de sua efetiva utilização. Em raros casos, parte da bibliografia é típica de disciplinas de graduação.



O Programas oferecem várias disciplinas de conteúdo variável. Neste caso os objetos das disciplinas se inserem nas seguintes categorias: estudos avançados ou tópicos especiais em áreas definidas, creditação de atividades de formação docente, creditação de atividades relativas ao trabalho de orientação de tese/dissertação, creditação de atividades de redação e publicação.

Em alguns programas as ementas não têm características de ementas, incorporando elementos de justificativa, objetivos e/ou descrição de atividades.

Examinando-se o conjunto de ementas, é possível verificar, em alguns casos, que o curso possui uma definição mais específica de uma subárea da Psicologia, embora a denominação do curso e da área de concentração seja “Psicologia”.

Finalmente, é importante destacar que a qualidade das ementas varia dentro de uma mesma proposta de Programa, não havendo uma homogeneidade, quer na forma de descrever o conteúdo, quer no tamanho e atualização das referências bibliográficas.

- Sobre as cargas horárias

As cargas horárias exigidas pelos Programas para a titulação também foram analisadas de forma a se tracar um quadro geral da Área.

No que diz respeito ao **Mestrado**, a Figura 1 mostra a carga horária exigida em disciplinas por cada um dos 47 Programas. Os dados foram retirados dos campos do formulário específicos para esse fim.

A mediana da carga horária em disciplinas mínima exigida pelos cursos de Mestrado é de 375 horas. Os extremos da distribuição indicam claros erros de preenchimento dos dados e esses precisam ser corrigidos. Excluídos os extremos, há programas que exigem desde 225 horas a 720 horas. Há um leque majoritário de cursos que requerem valores próximos à mediana. Há um menor número de cursos que se concentram abaixo de 300 horas e acima de 600 horas.

Disciplinas - MS

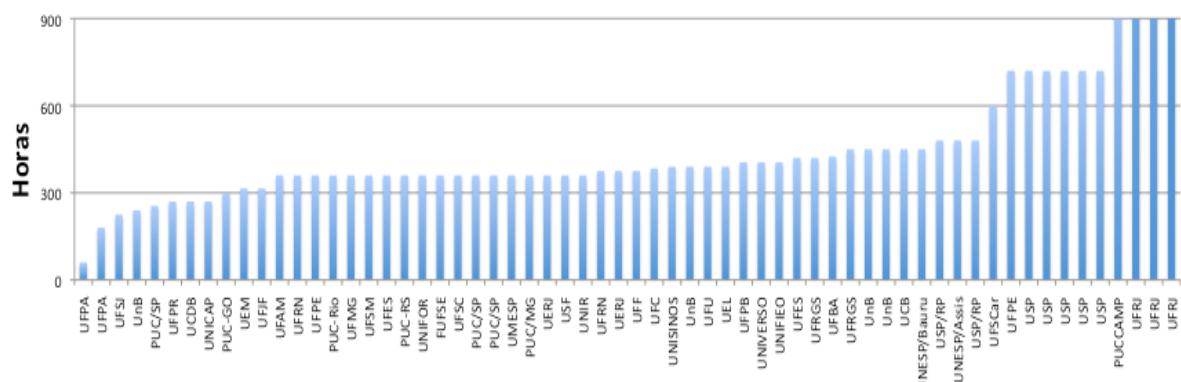




Figura 1. Carga horária exigida em disciplinas para titulação por cada curso de Mestrado.

A Figura 2 mostra a carga horária atribuída pelos cursos de Mestrado à conclusão das dissertações.

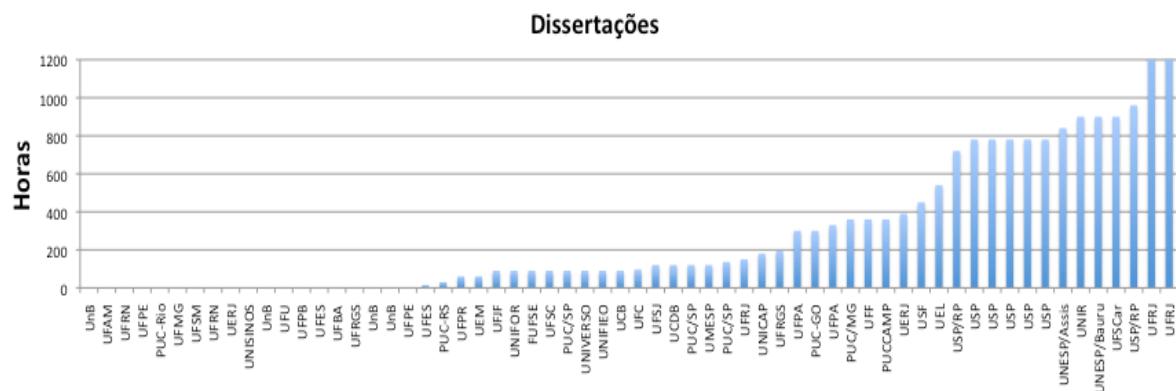


Figura 2. Carga horária atribuída à conclusão da dissertação por cada curso de Mestrado.

Observa-se que, dos 47 Programas, há uma variação de 0 a 960 horas, excluindo-se os dois últimos cursos do extremo superior, cuja inserção dos dados parecem claramente equivocados.

A grosso modo, os cursos se distribuem em quatro blocos. O primeiro é composto por 19 cursos que não atribuem carga horária alguma à dissertação. O segundo é composto por 21 cursos que atribuem de 15 a 195 horas. O terceiro, composto por 9 cursos, que atribuem de 300 a 540 horas. O quarto bloco, composto por 11 cursos, atribui de 720 a 960 horas.

Com relação aos cursos de **Doutorado**, a Figura 3 mostra a carga horária exigida em disciplinas por cada um dos 47 Programas.

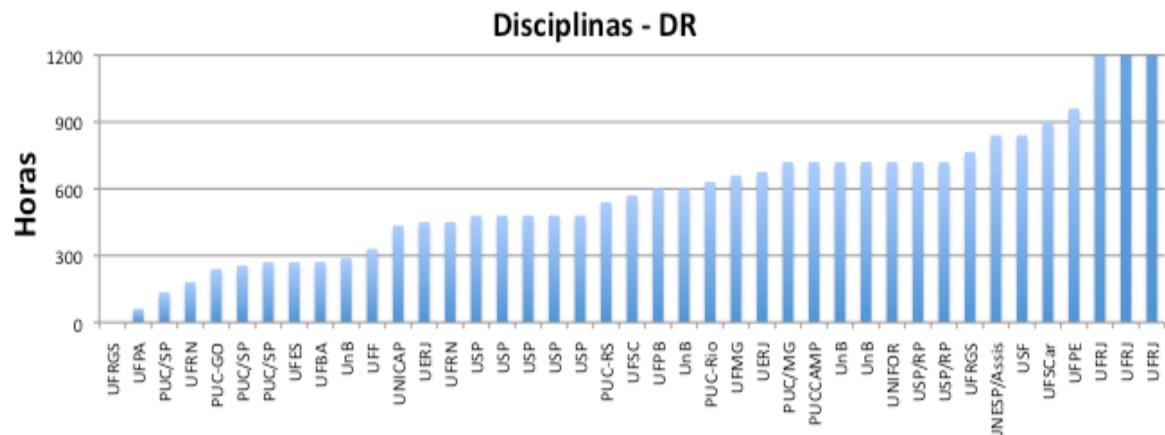


Figura 3. Carga horária exigida em disciplinas para titulação por cada curso de Doutorado.

A mediana da carga horária em disciplinas mínima exigida pelos cursos de Mestrado é de 570 horas. Os extremos da distribuição indicam claros erros de preenchimento dos dados e esses precisam ser corrigidos. Excluídos os extremos (primeiro e três últimos cursos), há programas que exigem desde valores menores que 300 até valores maiores de 600, chegando a 960 horas.

No que diz respeito ao Doutorado, há que se atentar ao fato de que alguns programas incorporam, no Doutorado, carga horária cumprida no Mestrado. Portanto, a carga horária relatada pode não representar a carga horária de fato cumprida pelos alunos em disciplinas.

A Figura 4 mostra a carga horária atribuída pelos cursos de Doutorado à conclusão das teses.

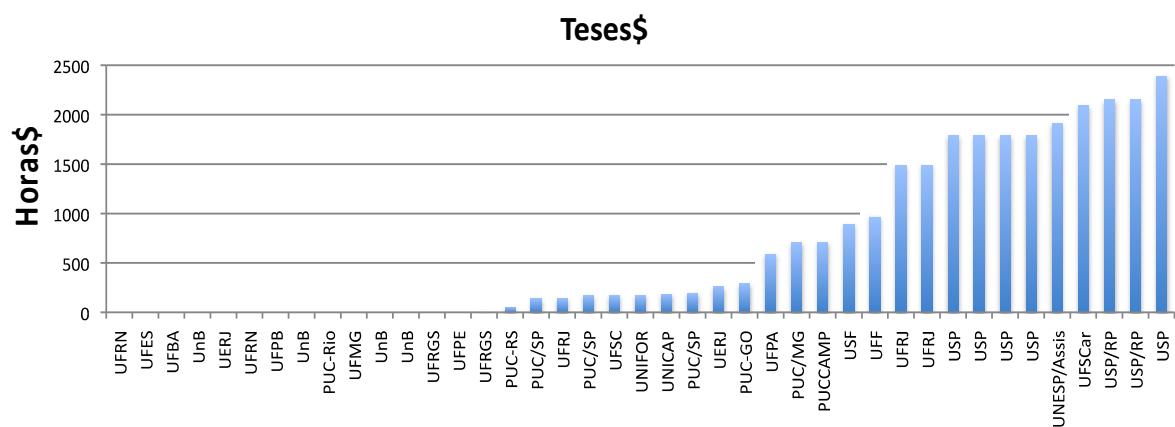


Figura 4. Carga horária atribuída à conclusão da tese por cada curso de Doutorado.

Observa-se que há uma grande variação na carga horária que os cursos atribuem à teses, de 0 a 2400 horas. Dos 41 cursos de Doutorado, 15 cursos não atribuem carga horaria ao desenvolvimento da tese. Por outro lado há 11 cursos que atribuem à tese carga horária igual ou superior a 1.500h.

4. CORPO DOCENTE

Os 63 Programas em funcionamento em 2010 congregaram, como mostra o Quadro 4, 1053 docentes, sendo 84% deles do corpo docente permanente. Os

professores colaboradores fizeram parte do corpo docente de 54 Programas. Já os docentes visitantes participaram da atividade de um pequeno número de Programas (10 Programas) e foram em número bem reduzido (19 docentes).

Quadro 4. N de docentes ativos nos 63 Programas da Área de Psicologia em 2010.

Docentes	n	n de Programas
permanentes	884	63
colaboradores	169	54
visitantes	19	10
Total	1072	

Na Figura 2 os Programas foram ordenados pelo número de docentes permanentes. Os menores Programas da área de Psicologia registraram oito docentes permanentes em 2010 e o maior listou 38 professores do quadro permanente. A média da área ficou em 14 docentes permanentes. Já o número de colaboradores variou menos – até oito docentes, embora mereça destaque que alguns programas registraram em torno de um terço do corpo docente como docentes colaboradores²..

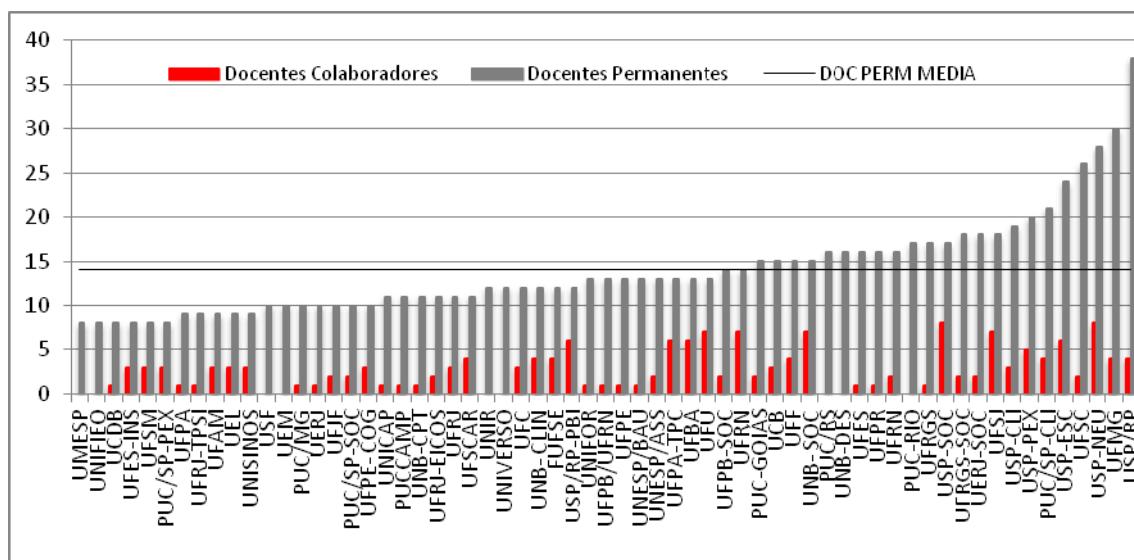


Figura 2. Corpo docente dos Programas da Área de Psicologia em 2010: docentes permanentes e colaboradores.

² A Área trabalha com uma definição de que o corpo docente pode ser composto de até 30% de colaboradores (novos, em fase de inserção; ou antigos, em fase de afastamento).

Também a análise do proporção entre número de dissertações e teses defendidas em 2010 e professores permanentes de cada Programa mostra que há uma grande variação. A Figura 3 apresenta esta proporção, somando-se a titulação de mestres e doutores.: os Programas com menor número de titulados por docente permanente tiveram 0,6 defesas por docente permanente em 2010 e os maiores acima de 2,5. Considerando-se que a origem jurídica das instituições deve ser variável importante para determinar os valores mais elevados dessa proporção, destacamos em vermelho os Programas de instituições particulares e confessionais. Nota-se que, de fato, apenas três Programas de instituições não governamentais têm valores abaixo da média, sendo que dois deles começaram recentemente suas atividades.

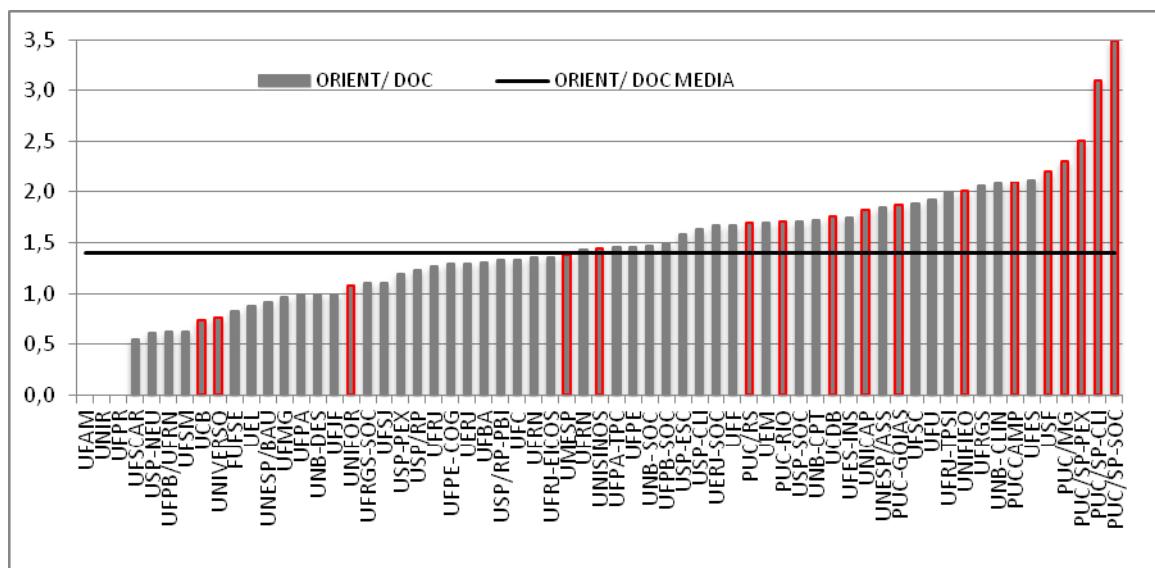


Figura 3. Proporção número de titulados (Mestrado e Doutorado) / número de docentes permanentes nos Programas da Área de Psicologia em 2010.

5. CORPO DISCENTE

No Quadro 5 são apresentados os números de alunos de Mestrado e Doutorado matriculados nos 63 Programas no final de 2010, bem como os números de abandonos registrados e de titulados. Nota-se em primeiro lugar que o número de abandonos é baixíssimo, quando comparado aos matriculados e titulados.

Quadro 5. Fluxo de alunos de Pós-Graduação em psicologia em 2010 na Área de Psicologia

Situação	nível		
	M	DR	Total
matriculados	2620	1615	4235
abandonos	17	6	23

titulados	1051	298	1349
-----------	------	-----	-------------

Ressalta-se que os abandonos se distribuem entre Programas de instituições privadas/ confessionais e públicas mais ou menos igualmente. Os abandonos no Mestrado ocorreram em 10 Programas em 2010 e no Doutorado em seis, outro indício de que não há problemas importantes quanto a este item na área.

Os Programas se diferenciam no tamanho de seu corpo docente e, como era de se esperar, também no tamanho do corpo discente. Na Figura 4 esses dados são mostrados e se apresenta uma proporção calculada como o número total de alunos matriculados no final de 2010 sobre o número de docentes permanentes do Programa.

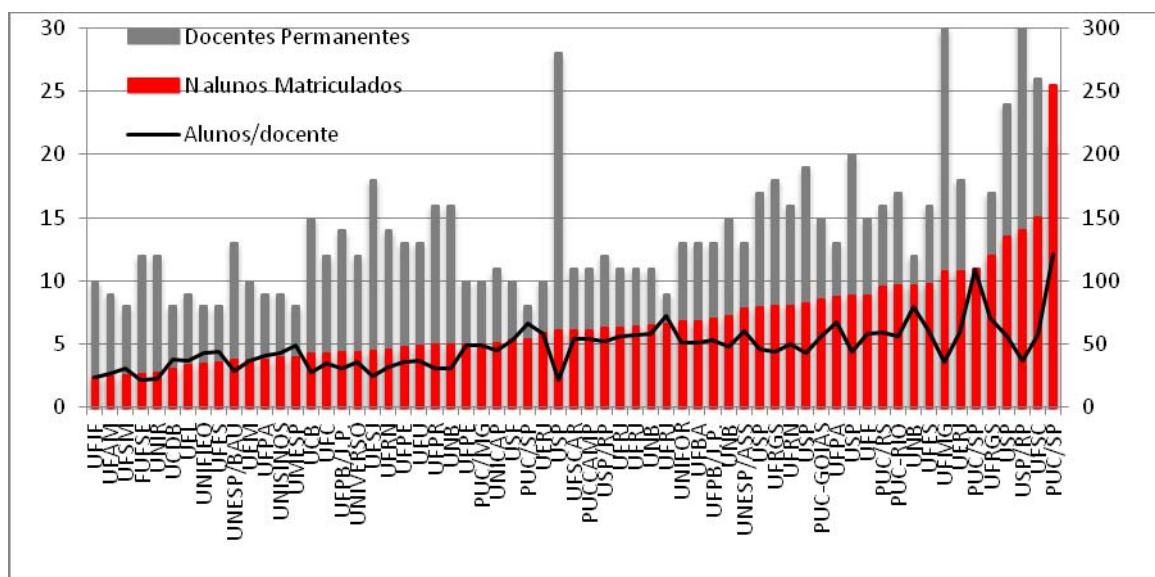


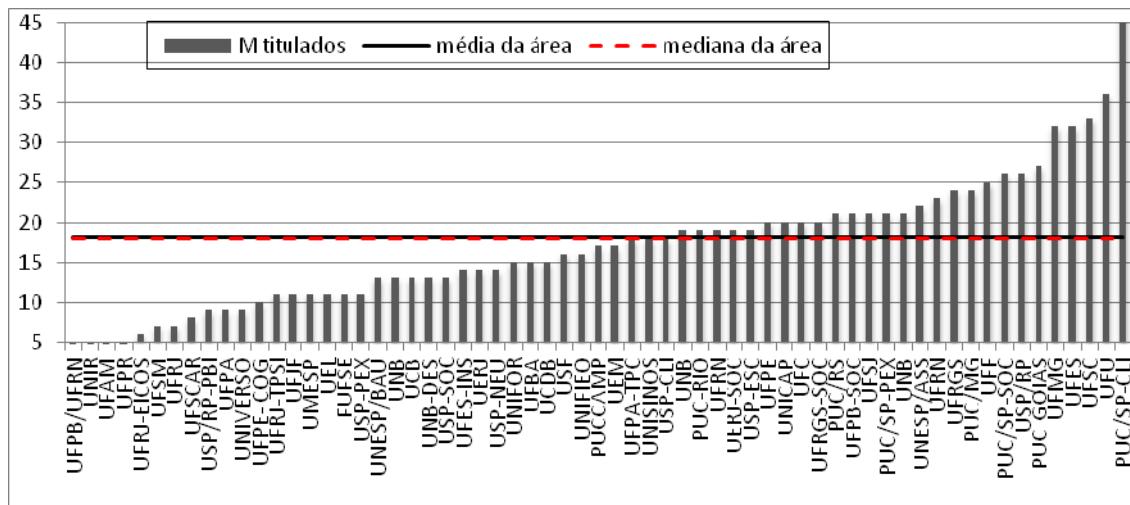
Figura 4. Proporção número de titulados (Mestrado e Doutorado) / número de docentes permanentes nos Programas da Área de Psicologia em 2010.

Como a Figura 4 mostra, a proporção entre o número de alunos e o número de docentes permanentes varia muito: de 2,4 alunos matriculados por docente permanente a 12,1. A maior parte dos Programas, como se mostra no Quadro 6 pratica uma proporção que oscila entre 3,1 a 6 alunos por docente. Estes resultados são importantes porque se aproximam do número de orientandos por orientador e mostram que na sua maioria os Programas encontram-se dentro de parâmetros considerados adequados.

Quadro 6. Distribuição de número de alunos por docentes permanentes nos Programas da Área de Psicologia em 2010

Alunos/docente permanente	n Programas	% de Programas
2,1 a 3	8	12,7
3,1 a 4	14	22,2
3,1 a 5	14	22,2
5,1 a 6	19	30,2
6,1 ou mais	8	12,7
Total	63	100,0

O número de Mestrados defendidos (número de defesas) e os tempos medianos (em meses) para conclusão das dissertações nos Programas e na área são apresentados nos dois painéis da Figura 5. Em ambos, os dados foram ordenados de acordo “do menor ao maior” e não por Programas.



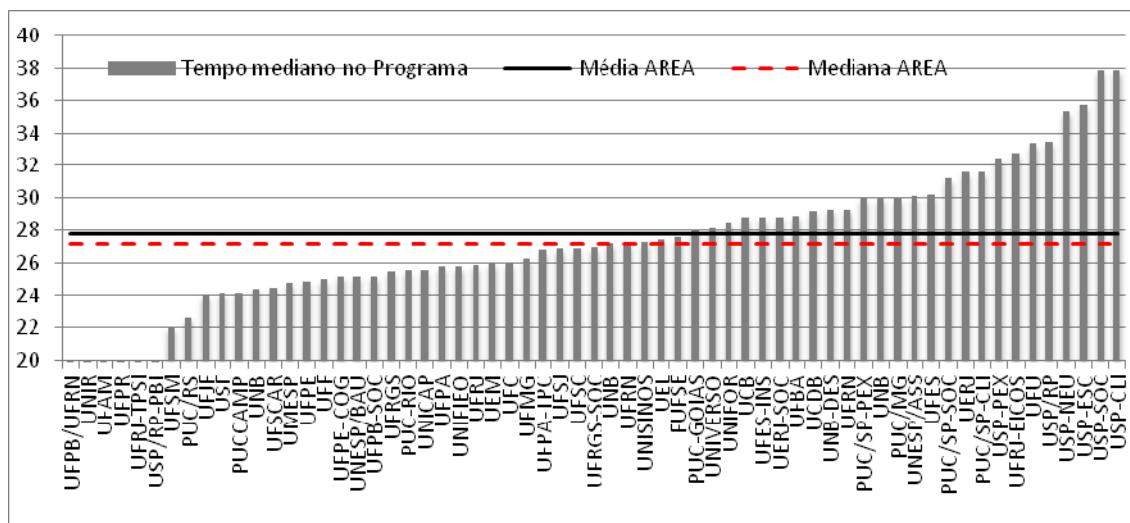


Figura 5. Número de defesas de Dissertação de Mestrado na área de Psicologia em 2010 e tempos medianos para completar as dissertações (em meses).

O número médio e a mediana de defesas nos Programas em 2010 foi 18 e os Programas com 0 (zero) defesas em 2010 são todos Programas que estavam ainda em implantação. Dentre as 1072 dissertações defendidas em 2010, os cinco Programas com maior número de defesas responderam por 192 dissertações, o que corresponde a 9,6 % de todas as defesas de Mestrado.

Já o tempo médio do Mestrado foi de 27,8 meses e a mediana de tempo 27,2 meses. Note-se que pouco mais de um terço dos Programas da Área tiveram tempos medianos acima da média da área, sendo que 11 desses Programas excederam 30 meses.

Na Figura 6 são apresentados os resultados das defesas de teses de Doutorado na área, em 2010. Como no caso do Mestrado são apresentados o número de trabalhos concluídos em 2010 (painel superior) e a duração mediana (em meses), nos Programas e na Área de Psicologia. Os resultados referem-se aos 41 Programas que já tinham cursos em funcionamento em 2010. Dentre esses, 10 Programas não tiveram teses defendidas em 2010, ressaltando-se que o resultado é esperado, já que todos eles começaram suas atividades depois de 2007.

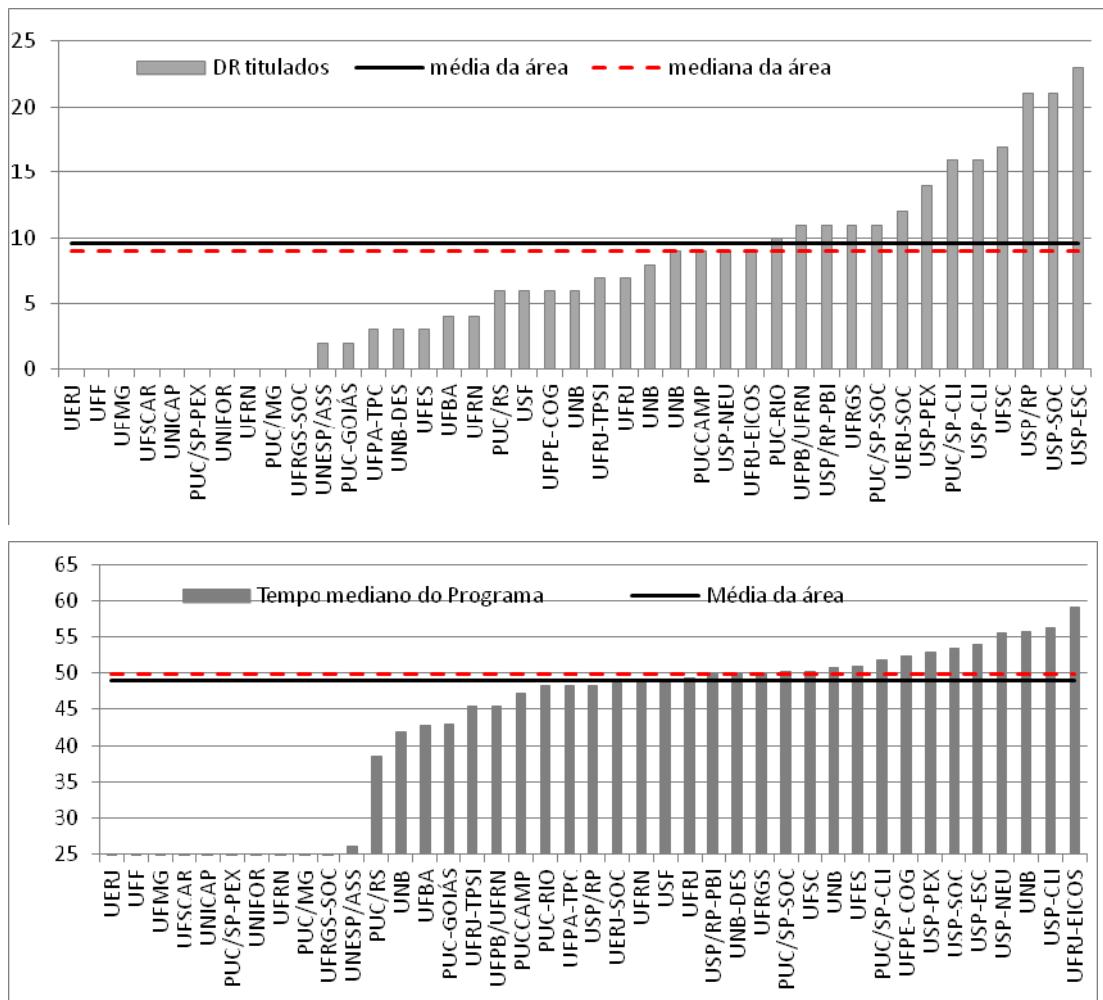


Figura 6. Número de defesas de Teses de Doutorado na área de Psicologia em 2010 e tempos medianos para completar as teses (em meses).

Assim como no caso dos Mestrados, também em relação ao Doutorado médias e medianas são muito próximas. Com relação ao número de Doutorados concluídos, os 297 trabalhos defendidos em 2010 contribuíram para uma média de 9,6 trabalhos por Programa, com uma amplitude de variação de 2 trabalhos concluídos a 23 teses. Os três cursos de Doutorado com maior número de titulados em 2010 contribuíram com 65 trabalhos, o que corresponde a quase 22% de todos os doutorados.

Já os tempos medianos de conclusão dos Doutorados em 2010 dos Programas da Área de Psicologia variaram entre 38,5 meses e 59,2 meses, sendo que a média da área (48,9 meses) e a mediana 49,8 meses. Ambas decresceram bastante em relação ao triênio anterior. A diminuição parece importante mesmo que se não se considere aqui o dado da UNESP ASSIS, que parece ser determinado por algum

problema de registro no sistema (ver painel inferior da Figura 6). Nota-se, ainda, que apenas 10 Programas tiveram tempos abaixo da média, o que indica que a diminuição na duração dos Doutorados deve-se à contribuições diferentes por parte dos Programas.

6. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a descrição da produção bibliográfica da área foram consideradas a produção declarada pelos Programas em 2010 na forma de artigos em periódicos e os capítulos e textos completos publicados em livros. A publicação declarada foi qualificada segundo a avaliação QUALIS de periódicos e a classificação de livros e os dados informados pelos Programas foram “auditados” especialmente para eliminar repetições e eventuais incorreções.

É preciso ressaltar que os dados apresentados são preliminares e devem ser avaliados com cuidado e tomados como provisórios por duas razões principais: (1) referem-se a um ano apenas (2010) e (2) a base de dados com a qual se trabalhou apresenta ainda alguma instabilidade, a qual deverá ser corrigida ao logo do triênio. Ainda assim, acreditamos que, mesmo parciais, os dados sobre a produção bibliográfica da área de Psicologia em 2010 auxiliam a compor um quadro geral das tendências da área e são úteis para a reflexão sobre este importante quesito da avaliação dos Programas.

Foram considerados na análise os dados informados pelos 63 Programas em atividade no ano de 2010. Na organização dos dados frequentemente ordenamos os Programas com base na avaliação obtida no triênio 2007-09. Embora essa ordenação refira-se a um triênio encerrado e os dados sejam aqueles declarados no primeiro ano do triênio em andamento.

Um informação preliminar importante é que no tratamento dos dados de um ano, não podemos aplicar o procedimento adotado pela Área no que denominamos TMP – Tabela da Melhor Produção, em que existe um teto de até quatro itens por docente permanente que é incluído na avaliação. Tal procedimento só poderá ser feito ao término do triênio, de forma que as estatísticas apresentadas sobre produção em 2010 não elimina os itens menos qualificados dos programas que ultrapassaram o teto da TMP.

• A Produção de artigos em periódicos científicos

Uma primeira informação sobre a produção de artigos refere-se ao tipo de periódico em que houve publicações no ano de 2010, dados que se encontram



discriminados por Programas na Figura 7. Os periódicos foram classificados em quatro grupos: a) periódicos estrangeiros gerais ou de outras áreas afins; b) periódicos estrangeiros da área de Psicologia; c) periódicos nacionais gerais ou de outras áreas afins; e, d) periódicos nacionais da área de Psicologia³.

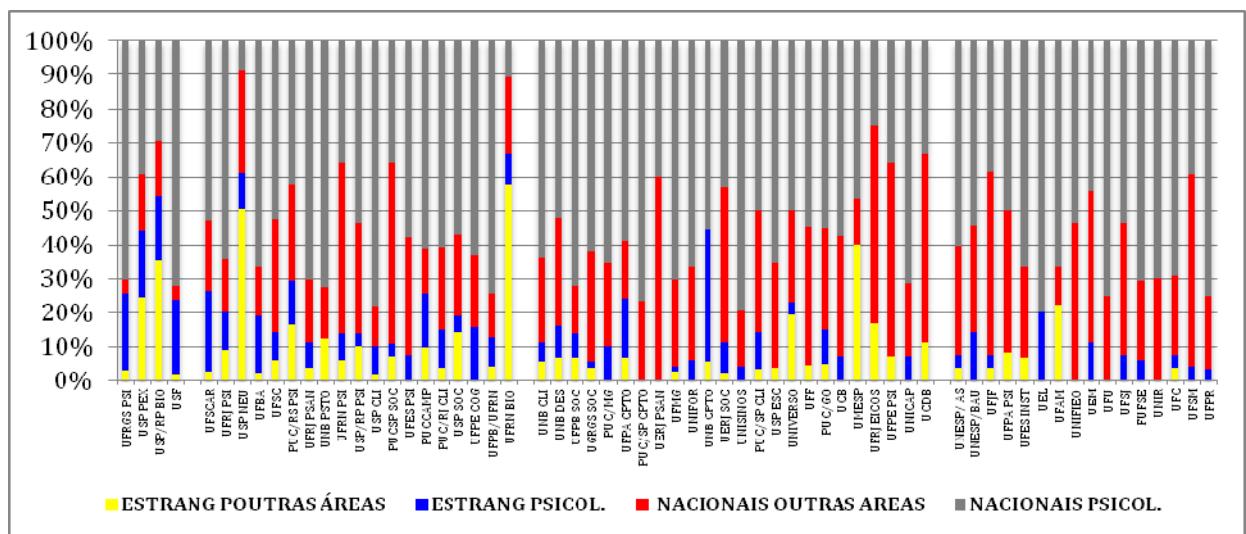


Figura 7. Proporção de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros e em periódicos de outras áreas e da Psicologia nos Programas da Área de Psicologia em 2010.

Na Figura 7, os Programas já se encontram agrupados pelo nível do seu conceito. Sem entrarmos em cada caso em particular, pode-se perceber uma grande variabilidade no perfil de produção dos Programas, em todos os grupos. A maioria dos Programas, no entanto, publica majoritariamente em revistas nacionais da Psicologia ou de áreas afins. Em alguns Programas a publicação em áreas afins, em periódicos nacionais e estrangeiros, supera a publicação em revistas específicas da Psicologia, como é o caso daqueles Programas cujas áreas fazem uma interface com as ciências biológicas.

A Figura 8 apresenta os dados específicos da produção em periódicos nacionais, revelando como a proporção deste tipo de publicação é elevada na quase totalidade dos programas, diminuindo apenas entre os quatro programas que estão com avaliações 6 e 7 (63%). Nos demais estratos o percentual de publicação em revistas nacionais varia de 81% (Programas 5) a 90% (Programas 3).

³ No documento Qualis da Área (constante na página da Área de Psicologia no site da CAPES) encontram-se as informações sobre o quantitativo de periódicos em cada uma destas categorias, e a diferenciação dos mesmos em termos de indexação e fatores de impacto.

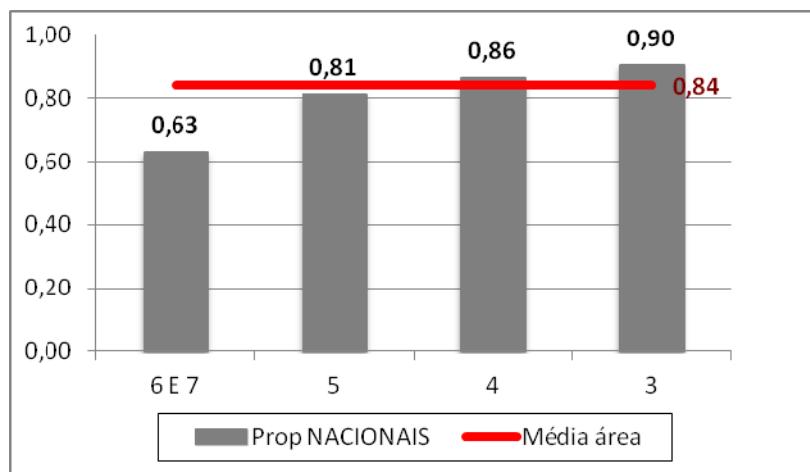


Figura 8. Proporção de artigos publicados em periódicos nacionais por nível de avaliação dos Programas da Área de Psicologia em 2010.

A Figura 9, por sua vez, apresenta os percentuais de artigos publicados em periódicos estrangeiros (da área ou de áreas afins à Psicologia), por Programa. Os dados revelam a variabilidade dentro de cada grupo, com Programas com níveis bem inferiores à média do próprio grupo e outros com produção que supera, inclusive, médias de estratos de cursos com avaliação superior. No geral, pode-se perceber que os cursos que fazem interfaces com as ciências biológicas, independente do seu conceito, se diferenciam com os escores mais elevados de publicações em periódicos estrangeiros.

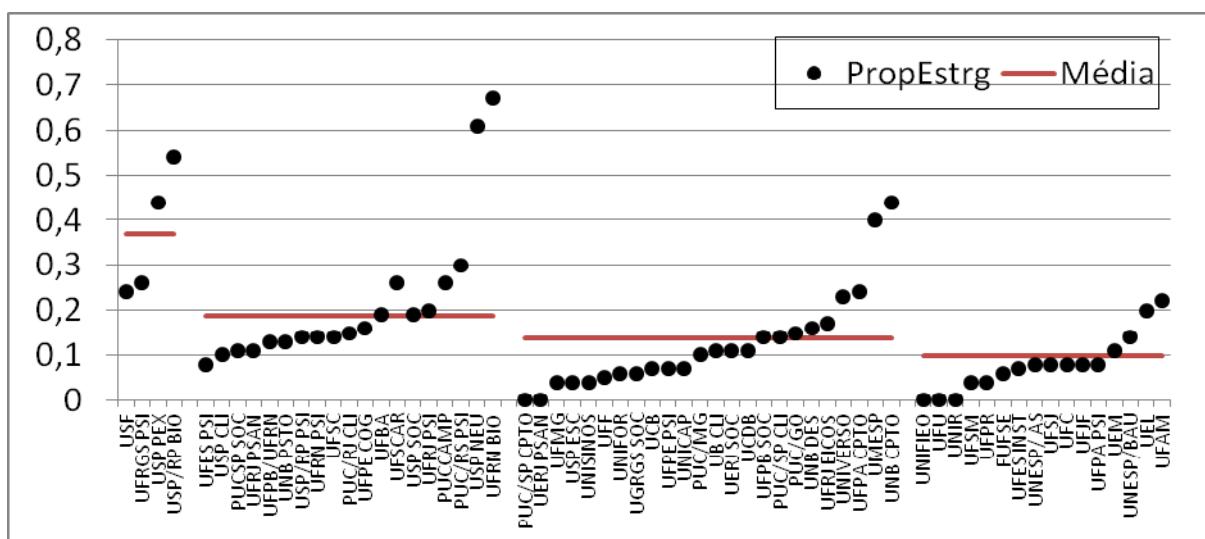
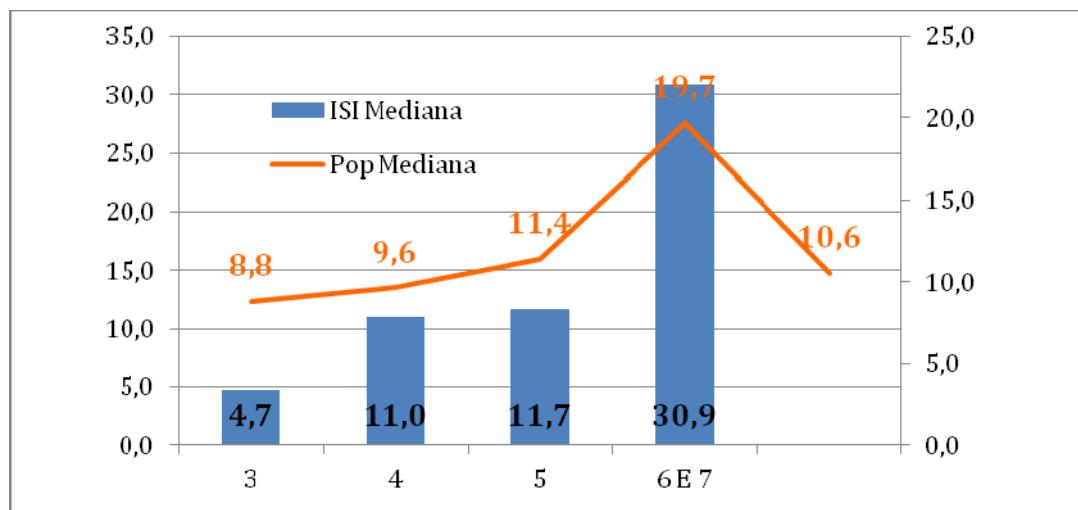


Figura 9. Proporção de artigos publicados em periódicos estrangeiros por Programas da Área de Psicologia em 2010.

Um outro conjunto de informações que caracterizam a produção de artigos no ano de 2010, refere-se aos indicadores de impacto dos periódicos. Na Figura 10 são apresentados os dados médios de impacto segundo duas bases de dados: ISI (eixo da direita) e PoP (eixo da esquerda, no painel 1) e como tais médias se apresentam nos diferentes Programas da área (painel 2).

Os resultados da Figura 10 são importantes porque são consistentes com os demais dados apresentados em relação à qualificação da produção dos Programas em 2010: em geral eles indicam que há consistência entre esses indicadores e os demais indicadores até aqui apresentados. A consistência aparece tanto quando se atenta para a variabilidade dentro dos estratos de avaliação como nas médias por estrato. Coerentemente os Programas 6 e 7 que apresentam maior proporção de publicações em periódicos estrangeiros, apresentam médias mais elevadas dos fatores de impactos destas revistas.

Também vale ressaltar a consistência entre os dois índices apresentados: embora as bases de dados sejam distintas, em geral ambos variam na mesma direção na comparação da produção dos Programas.



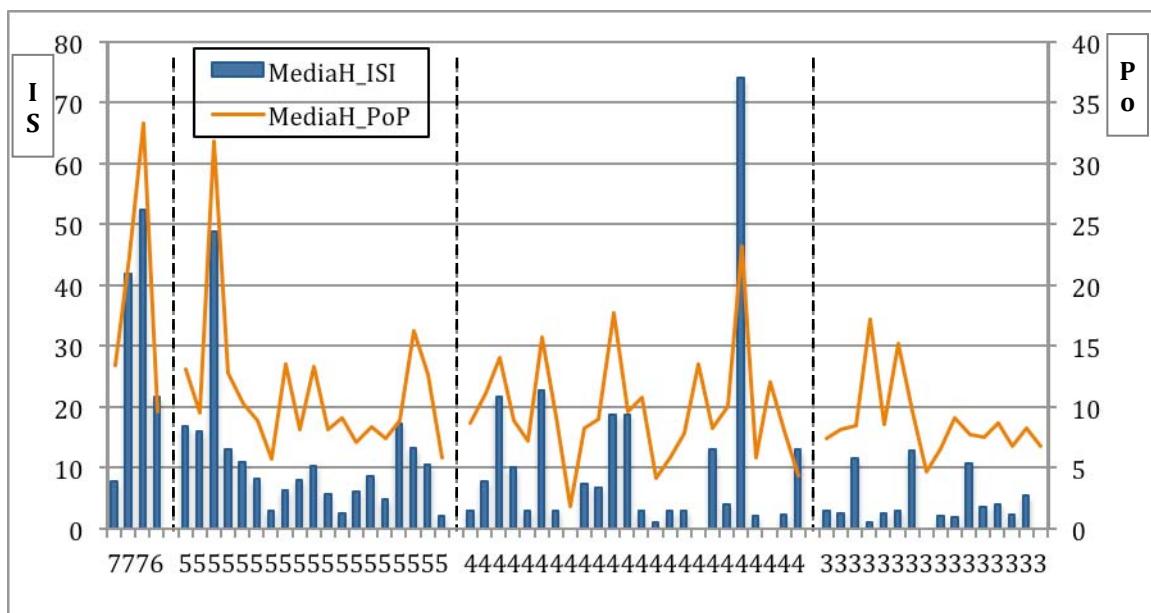


Figura 10. Impacto médio das publicações dos Programas da Área de Psicologia, segundo ISI e PoP: médias por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (painel superior) e produção por Programa (painel inferior), em 2010.

Caracterizada a produção a produção de artigos da área em termos gerais, a seguir passamos a analisar os indicadores quantitativos e qualitativos desta produção⁴.

Na Figura 11 apresenta-se o número de artigos registrados em 2010, por estrato de avaliação do curso e por Programa. Os pontos do painel superior representam o número de Programas em cada estrato de avaliação no triênio anterior (eixo Y à direita). A média do número de artigos publicados por docente permanente na área (2,4 artigos) foi alta em relação ao triênio anterior. Merece destaque que todos os Programas da área declararam alguma publicação já no primeiro ano do triênio e o Programa com a maior produção declarou 5,7 artigos por docente permanente em um ano apenas.

Pode-se verificar que o número médio de artigos publicados cresce à medida que o Programa encontra-se em um nível mais elevado de avaliação, variando de uma média de 1.8 artigos nos programas nota 3 até 4.2 artigos nos programas 6 e 7.

⁴ Os dados quantitativos e qualitativos da produção apresentados a partir deste ponto do documento deixarão de identificar os Programas, por serem ainda dados preliminares e não terem passado por todo o processo de limpeza dos dados que é feito na área para chegar à produção que efetivamente é considerada para avaliação.

Há, no entanto, como se verifica no painel inferior, variabilidade considerável entre os Programas em cada estrato. Programas nota 5 apresentam nível de produção de artigos superior a alguns Programas nota 6 e 7, assim como outros apresentam níveis inferiores a de Programas nota 4. O mesmo acontece quando se compararam outros estratos.

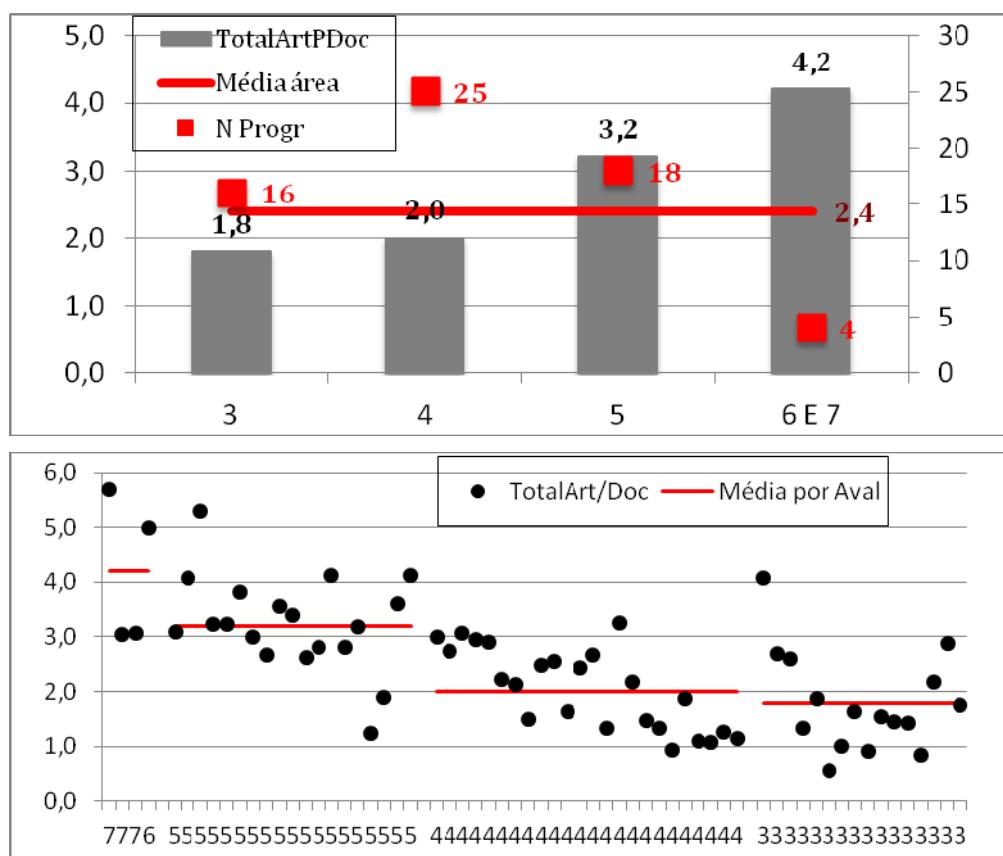


Figura 11. Média de artigos por docente permanente na Área de Psicologia, por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (painel superior) e por Programa (painel inferior), em 2010.

A qualificação média dos artigos publicados em 2010 pelos Programas na área de Psicologia foi 56,9 (em uma escala de 0 a 100 em que o topo corresponde a um artigo publicado em periódico A1), mas como se mostra no painel superior da Figura 12. Como na análise da quantidade de artigos publicados, quando se consideram os grupos de Programas por níveis de avaliação, os Programas 4 não se diferenciam significativamente dos Programas 3 em termos da qualidade média dos artigos, considerando o conceito do periódico no Qualis da área. Os Programas 5 já

publicam artigos cuja média é mais elevada (61,5), diferença que se amplia no pequeno grupo de Programas 6 e 7 (média de 71,5).

A qualificação média dos artigos, no entanto, também apresenta grande variabilidade dentro dos estratos de avaliação: os Programas no limite superior de cada grupo se aproximam ou até superam os Programas do estrato superior e o mesmo ocorre com o estrato inferior. Verifica-se, por exemplo, que um grupo de Programas 5 apresenta qualidade média dos artigos superiores aos Programas 6 e 7. O mesmo ocorre com dois programas que atualmente possuem conceito 4.

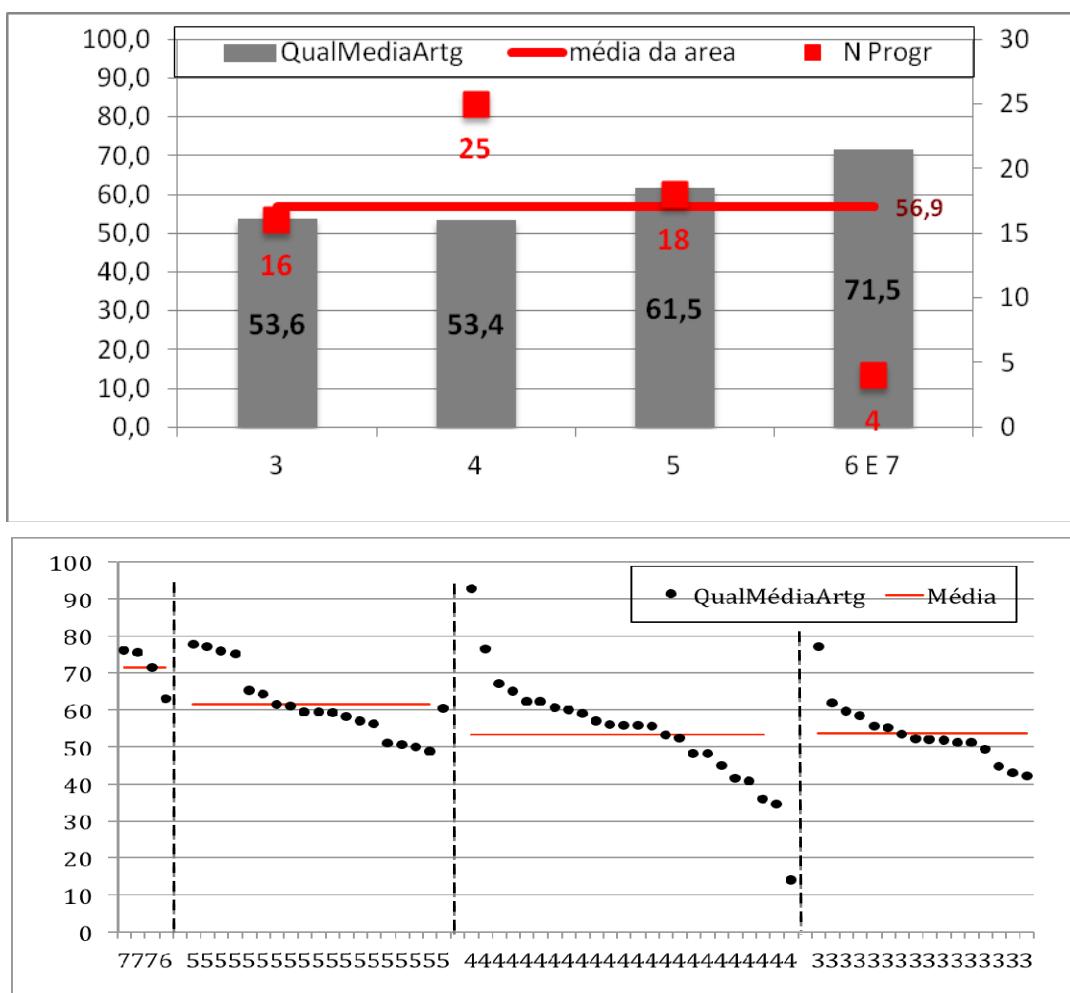


Figura 12. Qualificação dos artigos publicados pelos Programas da Área de Psicologia: médias por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (paineel superior) e produção por Programa (paineil inferior), em 2010.

Um último indicador referente à produção de artigos em periódicos científicos refere-se à proporção de itens classificados nos estratos superiores do Qualis. Foram

levantados dois índices: o percentual de artigos A1 e A2 e o percentual de artigos A1, A2 e B1. Tais percentuais encontram-se na Figura 13 (painel superior) e discriminados por Programas (painel inferior).

Quando se consideram apenas o topo do Qualis, ou seja, os artigos em periódicos internacionais A e A2, verificamos que este percentual varia de 23,3% nos Programas com conceito 3 a 49,8% nos Programas com conceito 6 e 7. Os Programas 4 apresentam um percentual de 30% e os Programas 5 de 34,7%.

Tendência similar se observa quando se toma o conjunto de melhores artigos incluindo os publicados em revistas B1. Neste caso a diferença entre os Programas 3 e 4 praticamente desaparece. Os Programas 5 elevam o percentual para 55,6% e os Programas 6/7 atingem 71,4% significando que mais de 2/3 dos seus artigos encontram-se nestes níveis mais elevados de qualidade dos periódicos.

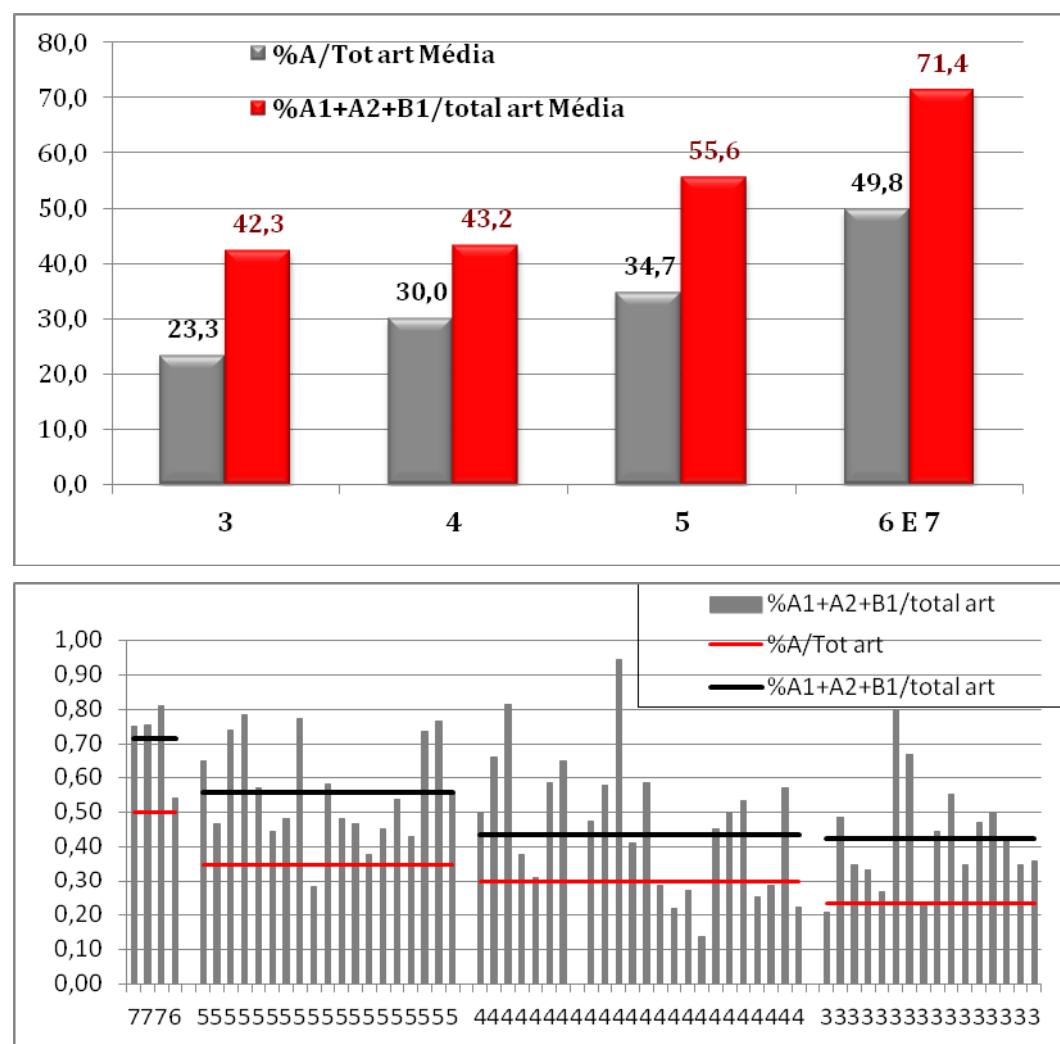


Figura 13. Proporção de artigos A1+A2+B1 nos Programas da Área de Psicologia em 2010.

No exame do painel inferior da Figura 13 constata-se que há bastante variação na qualificação da produção relativa (proporção) na forma de artigos entre os Programas: em 2010 a porcentagem de artigos em periódicos com avaliação QUALIS A1+ A2+ B1 oscilou de 0,14 a 0,94. A produção com avaliação QUALIS A1+A2 variou de 0,08 a 0,89. Esta variação ocorre não apenas entre diferentes estratos, mas também em um mesmo estrato. Entretanto, as médias por estrato decrescem sistematicamente entre os estratos, tanto quando se computa a média com os artigos A (A1+A2) como quando se considera os artigos A1+A2+B1 para calcular as médias, como apontado no painel superior da Figura 13.

- **A Produção de livros e capítulos**

Em 2010 foram registrados 1.298 itens de publicações em livros, capítulos, verbetes de dicionários e coletâneas organizadas pelos programas da área. O número médio de itens por estratos de avaliação dos Programas não varia significativamente. Os Programas 6 e 7 apresentam uma média de 1,7 itens por docente permanente. Esta média cai para 1,5 nos Programas 5 e para 1,6 nos Programas 4. Os Programas 3 apresentam uma média ligeiramente mais baixa de 1,2 itens por docente permanente.

Dentro de cada estrato, no entanto, há uma expressiva variabilidade entre os Programas, como se verifica na Figura 14.

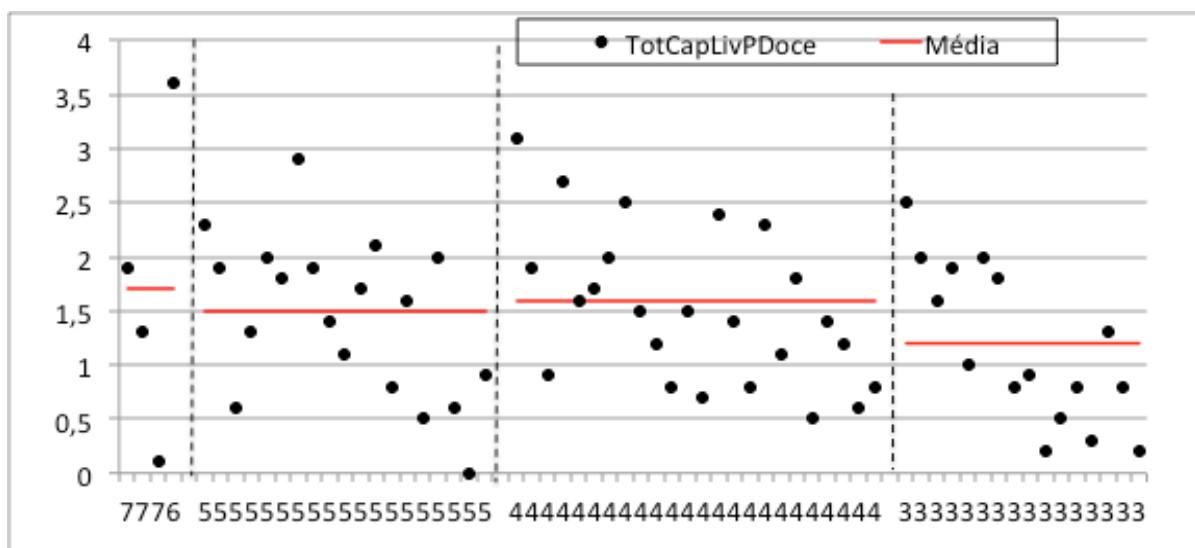
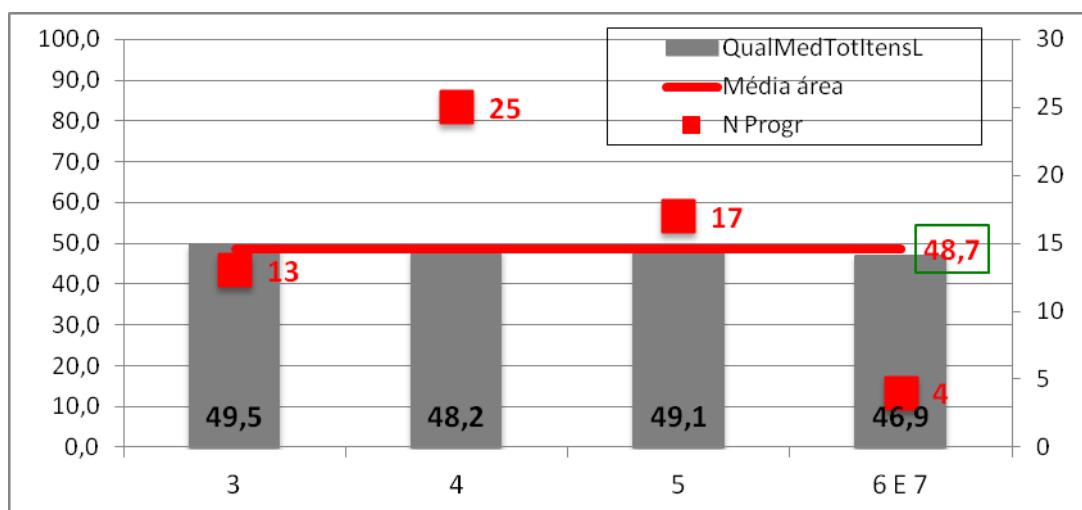


Figura 14: Média de livros/capítulos por docente permanente, por estrato de avaliação no triênio 2007-09 e por Programa, na Área de Psicologia em 2010.

Há uma acentuada variabilidade dentro de cada estrato de avaliação dos Programas, o que reflete os diferentes perfis de subáreas da Psicologia no peso que atribuem à publicação de livros e capítulos. Há programas em todos os estratos com índices bastante reduzidos desse tipo de publicação por docente permanente (oito programas apresentam 0,5 ou menos de itens por docente), ao lado de Programas que se aproximam ou superam uma média de 3 capítulos/livros por docente permanente. Salienta-se que 16 programas apresentam médias iguais ou superiores a 2 itens por docente.

A avaliação da qualidade dos livros e capítulos publicados em 2010 foi realizada, dentro do sistema de avaliação de livros já utilizado pela Área no triênio 2007-2009, utilizando-se os mesmos critérios e pontuações para diferenciar os livros nos quatro estratos de qualidade: L4 (mais elevado), L3, L2, L1 e C. A avaliação, no entanto, não atingiu toda a produção de 2010, em função de que alguns programas não inseriram a sua produção no sistema e outros não enviaram até o prazo da avaliação o exemplar do livro para a biblioteca de referência da área, na qual o trabalho foi realizado. Com isto, uma parte da produção não pode ser qualificada. Adotou-se neste momento, a estratégia de utilizar o escore médio das obras avaliadas para os itens faltantes. No entanto, quatro Programas, por não terem nenhum título avaliado, ficaram sem o índice de qualidade da produção de livros e capítulos em 2010.

Os resultados da qualidade média dos capítulos e livros encontram-se na Figura 15.



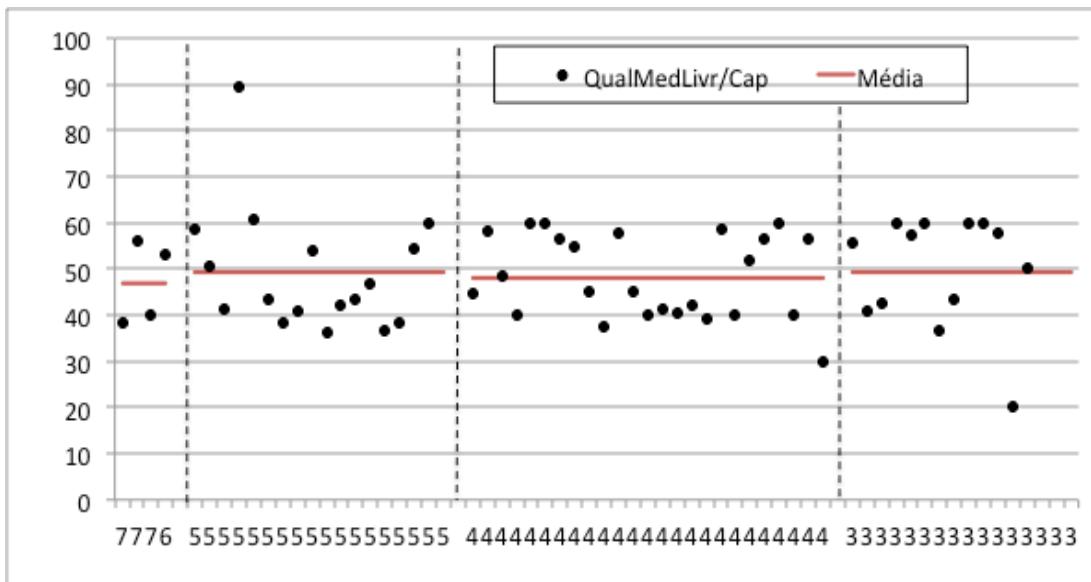


Figura 15. Qualificação dos livros publicados pelos Programas da Área de Psicologia: médias por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (painel superior) e produção por Programa (painel inferior), em 2010.

A qualificação média dos livros (e capítulos) não é discriminável quando ordenada segundo os estratos de avaliação dos Programas no triênio anterior: a qualificação média dos livros oscilou em torno de 50 pontos para a área de Psicologia e em cada estrato de avaliação, como se pode constatar na Figura 15 (painel superior).

Já o exame do painel inferior da Figura 15, indica alguma variabilidade, como esperado, na qualificação das publicações em livros entre os Programas. Entretanto, destaca-se que com algumas raras exceções, a amplitude da variação mantém-se semelhante em todos estratos de avaliação. Este resultado é compatível com a grande incidência de livros avaliados nos estratos L2 e L3, em 2010.

Outro indicador da qualidade da produção dos programas em termos de livros e capítulos é a proporção de itens avaliados nos estratos mais elevados (L4 e L3), o que pode ser visto na Figura 16.

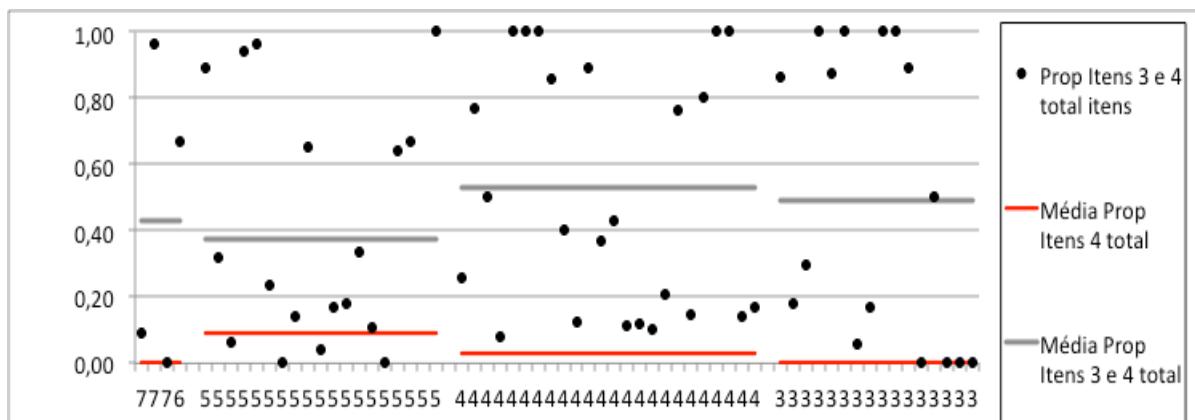


Figura 16. Percentual médio de livros e capítulos avaliados nos estratos superiores (L3 e L4) por Programa, em 2010.

Os dados expressos na Figura 16 devem ser tomados com cautela em função do número de títulos ainda não avaliados, como explicitado acima. Eles indicam, contudo, uma grande variabilidade entre os Programas neste indicador. Há um conjunto de Programas em que todos os seus capítulos e livros foram avaliados como L3 e L4, ao lado de outros Programas que não tiveram nenhum item avaliado nestes dois níveis superiores. Um quadro mais próximo da realidade só emergirá quando todos os livros forem efetivamente avaliados pela Comissão da Área.

- Co-autoria: produção de artigos

Analisou-se também a participação dos docentes permanentes e dos alunos na publicação de artigos em 2010. A questão da co-autoria na produção de livros e capítulos não foi possível analisar neste momento.

A Figura 17 mostra o percentual de artigos em que houve participação de pelo menos um docente permanente do Programa em 2010. A média da Área ficou em torno de 90% dos itens publicados, sendo reduzida a variabilidade entre os Programas, independente do estrato de avaliação, com poucas exceções.

É grande o número de Programas em que a participação de um docente permanente na publicação de artigos acontece em todos os itens publicados. Por outro lado, quatro Programas se diferenciam por apresentarem uma participação em torno de 50%.

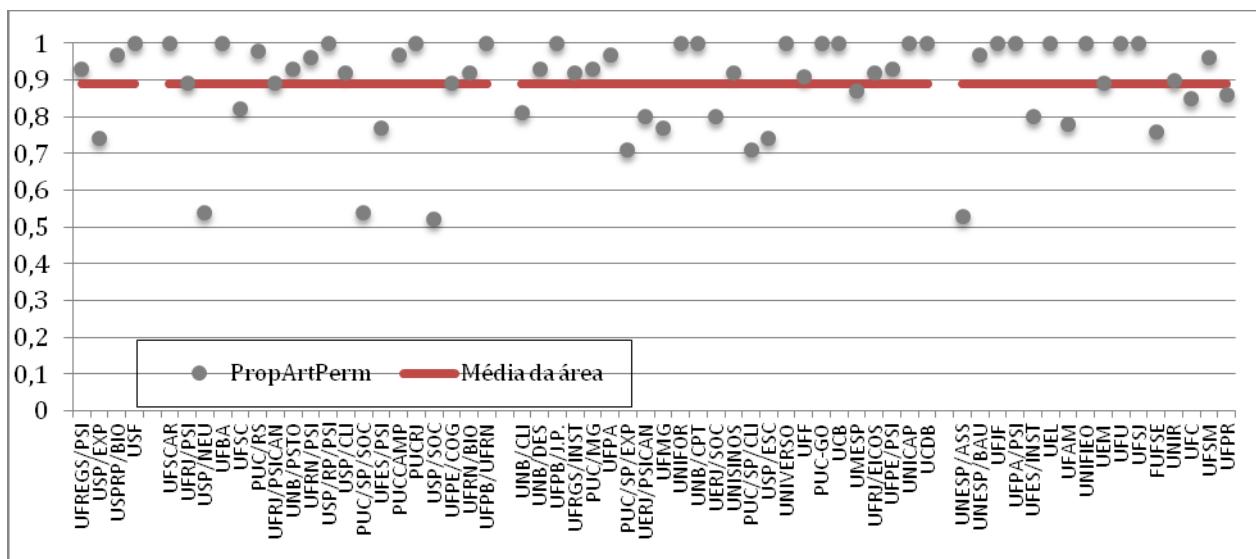


Figura 17. Percentual de artigos com autoria de docentes permanentes por Programa, em 2010.

A Figura 18 mostra a proporção de artigos em que pelo menos um discente entra como co-autor. A média da Área é um pouco abaixo de 40% e há razoável variabilidade (indo de menos de 10% em dois Programas a perto de 80% em um Programa. Finalmente é importante destacar que há um maior número de Programas 3 e 4 com percentuais de co-autoria discente abaixo da média da Área, quando comparados com os Programas 5, 6 e 7.

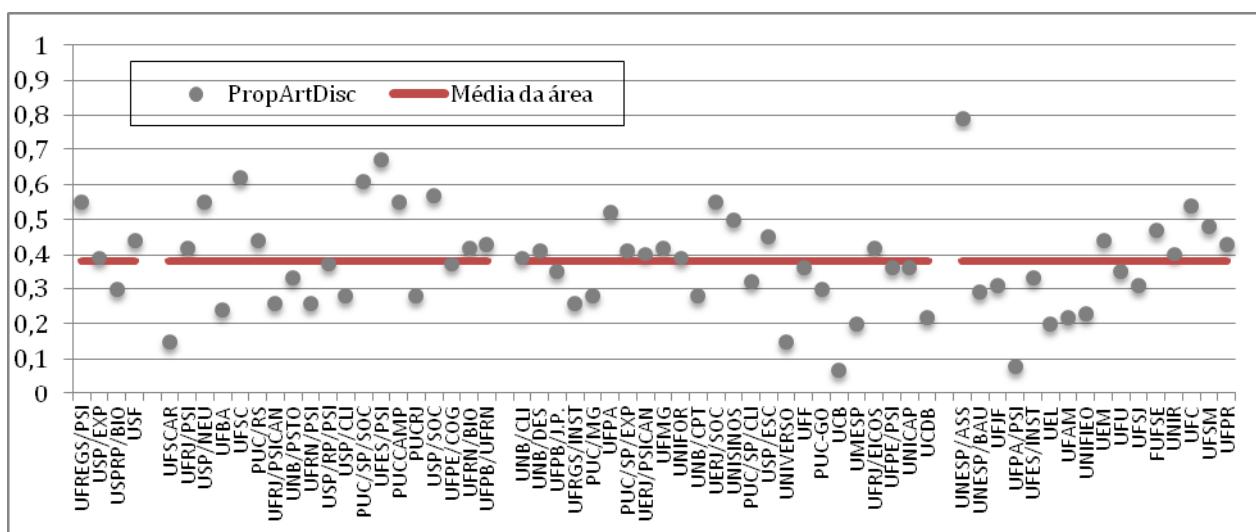


Figura 18. Percentual médio de artigos com participação de discentes na autoria por Programa, em 2010.

A Figura 19 revela o percentual de artigos publicados em 2010 em que a autoria é exclusivamente de discentes do Programa. Na Área a média é baixa (11%), sendo expressivo o número de programas em que não autoria exclusiva de alunos nos artigos. No entanto, há Programas (quatro) em que os alunos foram os únicos autores de mais de 40% dos artigos publicados no ano de 2010.

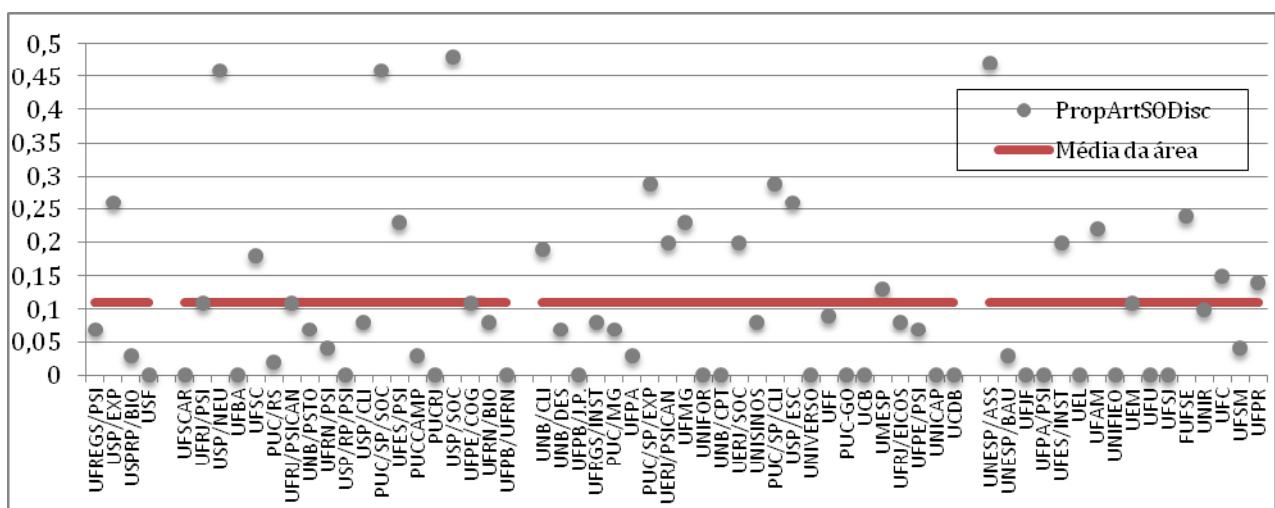


Figura 19. Percentual de artigos com autoria exclusiva de discentes por Programa, em 2010.

- O indicador geral de produção: a contribuição média por docente permanente**

Um primeiro indicador geral da produção dos Programas no ano de 2010 é a quantidade total de itens publicados por docente permanente, sem incorporar uma avaliação da sua qualidade. Os dados encontram-se na Figura 20.

No ano de 2010, em média cada docente permanente publicou 3,9 itens. Esta média varia de 3,0 (nos Programas com nota 3) até 5,9 itens (nos Programas notas 6 e 7). Os Programas com nota 4 produziram em média 3,6 itens e os Programas nota 5, 4,6 itens. Por outro lado, este indicador varia consideravelmente quando se consideram os Programas dentro de cada estrato de avaliação. Há Programas que se destacam com médias bem superiores à média do seu grupo, superando Programas de estratos superiores (tanto no grupo com nota 5, como com 4 e mesmo com 3).

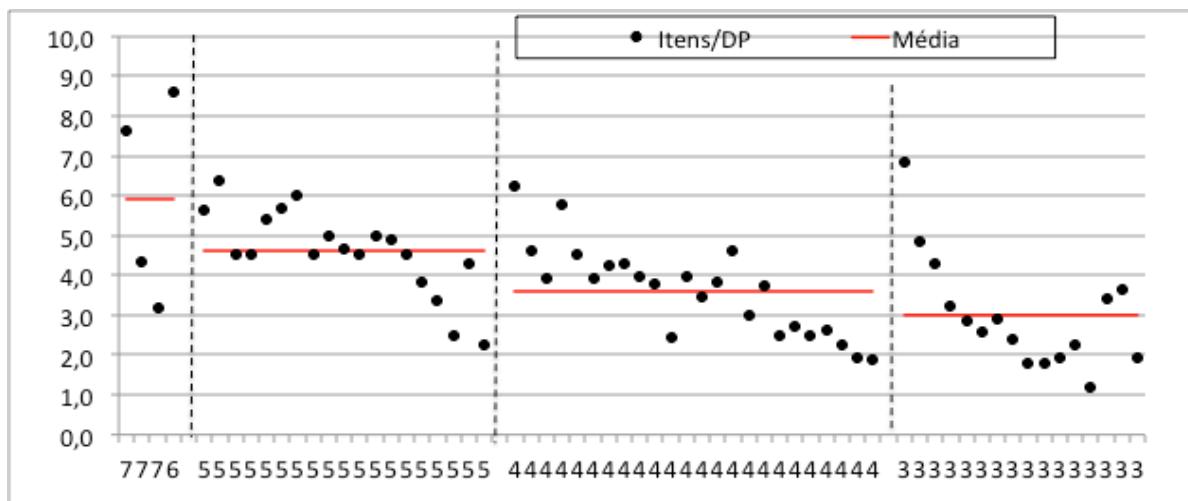
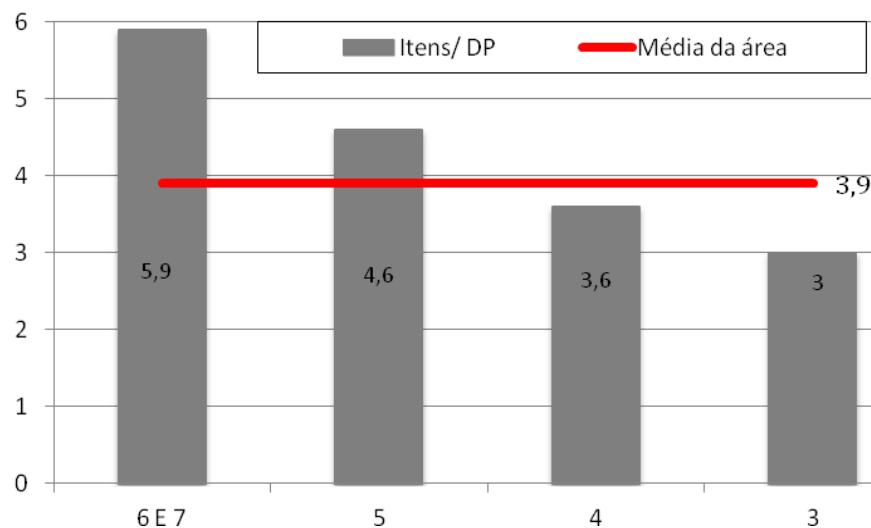


Figura 20. Média de itens publicados por docente permanente por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (painel superior) e por Programa (painel inferior), em 2010.

Finalmente, temos o indicador que agrupa quantidade e qualidade da produção, informando quanto, em média, cada docente permanente contribuiu para a pontuação geral do Programa, considerando os pontos atribuídos aos artigos nos diferentes estratos do Qualis e aos livros e capítulos. Tais resultados encontram-se na Figura 21

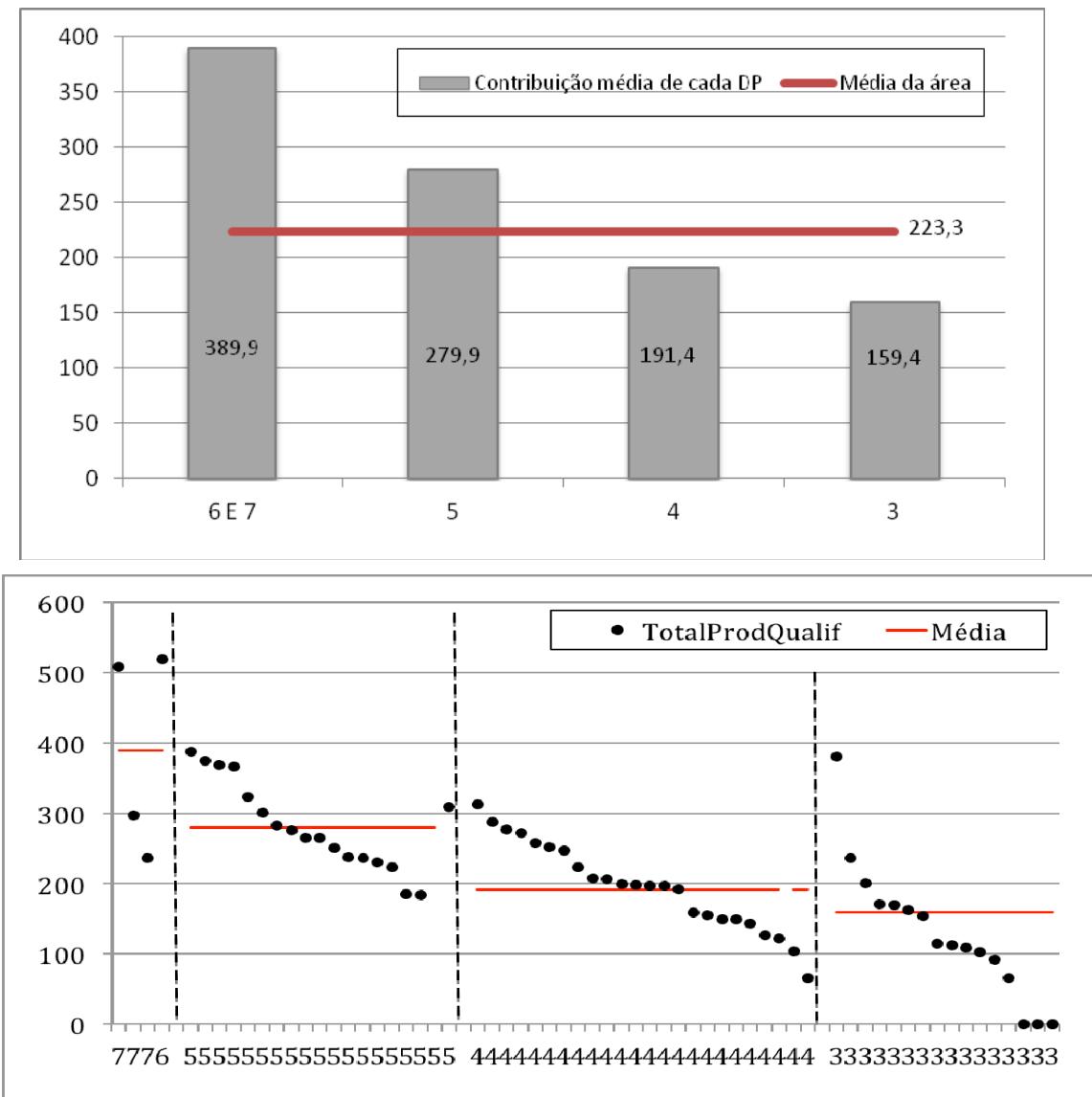


Figura 21. Produção qualificada dos Programas da Área de Psicologia: médias por estrato de avaliação no triênio 2007-09 (paineel superior) e produção por Programa (paineel inferior), em 2010.

O indicador mais geral para avaliar a produção dos Programas consiste em um escore médio dos pontos que em média cada docente permanente contribuiu para a pontuação do Programa. No presente ano, como já se adiantou, não se trabalhou com o teto da tabela de melhor produção. Assim, o número de itens médios por docente, como vimos, ultrapassou o teto de 4 até para os cursos com notas 5, no seu conjunto. Observa-se agora a mesma tendência de que a contribuição média dos docentes é crescente à medida que o estrato de avaliação dos Programas se torna mais elevado. Assim, enquanto nos cursos de nota 3 cada

docente contribuiu com 159,4 pontos em média, nos cursos nota 4 este índice sobe para 191,4. Ambos os grupos apresentam escores menores que a média geral da área que se situou em 223,3 (como mostra a linha vermelha). Os cursos nota 5, por sua vez já apresentam um escore médio de 279,9 e, finalmente, os cursos 6 e 7 atingem o índice de 389,9 (na realidade, dois dos quatro programas deste grupo apresentam escores ligeiramente superiores a 500). Para se ter uma referência mais concreta, o escore deste último grupo indica que em média, no ano de 2010, cada professor contribuiu com quase 4 artigos A1.

Quando se examinam os Programas no painel inferior da Figura 21, já se encontra uma grande variabilidade dentro de cada estrato. Há um grupo de Programas 5 que apresentam índices mais elevados que dois Programas 6 e 7; da mesma forma há dois Programas 5 com escores próximos à média dos Programas 4. Há também Programas 4 com escores superiores a Programas 5 e o mesmo se verifica entre os Programas 4 e 3. Três programas encontram-se com escores 0, por não terem os seus livros avaliados.

7. PRODUÇÃO TÉCNICA

A Produção Técnica dos Programas declarada em 2010 foi analisada em relação a oito itens: 1) organização de eventos, como congressos e reuniões científicas; 2) editoria de periódicos científicos (editores e co-editores); 3) desenvolvimento de produtos, tais como instrumentos de avaliação psicológica, registros de patente e registro de propriedade intelectual; 4) aplicativos e softwares específicos para a área da Psicologia; 5) material didático e instrucional (manuais ou cartilhas) para trabalhos de difusão científica ou intervenção técnica; 6) construção e manutenção de sites de difusão científica ou intervenção técnica (exceto o site do Programa); 7) produção de mídias, como CDs, DVDs, vídeos educativos, campanhas; 8) construção de protótipos e curadoria ou organização de exposições.

A análise dos relatórios sugere que a Produção Técnica foi pouco relatada pelos Programas. Nenhum deles relatou todos os itens listados e a maioria relatou apenas dois ou três. No entanto, acreditamos que isto pode refletir muito mais a compreensão que orientou o registro de Produção Técnica pelos Programas, uma vez que muitos Programas relatam itens que não correspondem a nenhum daqueles considerados nesta análise. Por outro lado, várias atividades que poderiam ser consideradas neste item não foram relatadas pelos Programas e o resultado ora apresentado subestima, nos parece, o desempenho da área neste quesito.

Na Figura 22, apresenta-se a distribuição dos Programas (número e porcentagem) considerando-se o número de distintas atividades declaradas pelos

Programas, consideradas como Produção Técnica. Constata-se que a maior parte dos Programas declarou de duas a três “categorias” de atividades e que cinco Programas não descreveram atividades consideradas como Produção Técnica.

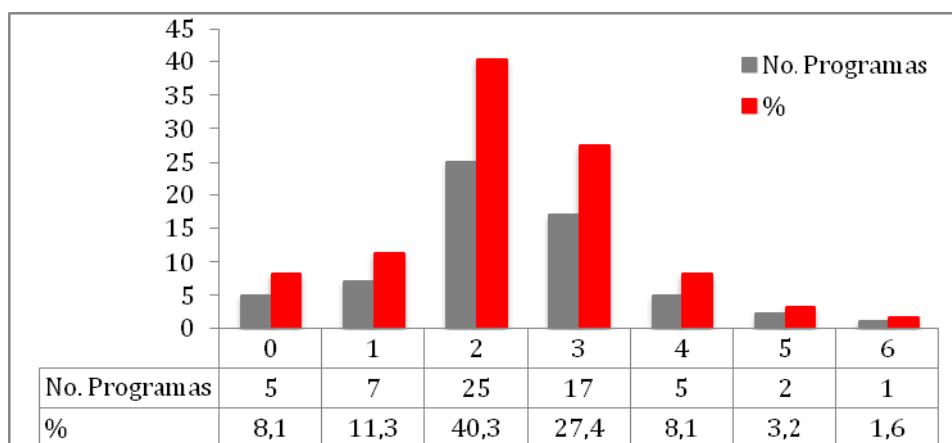


Figura 22. Número de tipos de atividade de produção Técnica registradas pelos Programas da Área de Psicologia

O Quadro 7 mostra a presença em porcentagem de cada um dos itens arrolados como Produção Técnica. Mais de 90% dos Programas relataram a emissão de pareceres e, provavelmente, aqueles que não relataram também atendem a este item, que é parte integrante da ocupação de docentes da pós-graduação. A organização de eventos também foi bem atendida e provavelmente também está subestimada. No entanto, os outros itens estiveram pouco presentes nos relatórios dos Programas, variando de zero a 27% de atendimento.

Quadro 7. Distribuição das Atividades declaradas de Produção Técnica nos Programas da Área de Psicologia em 2010.

Atividade	%
1. Organização de eventos	72.6
2. Pareceres a periódicos, agências de fomento e outros	83.9
3. Editoria de periódicos científicos	19.3
4. Desenvolvimento de produtos	6.5
5. Material didático, manuais e cartilhas	27.4
6. Construção e manutenção de sites	0.0
7. Desenvolvimento de mídias	14.5
8. Protótipos e exposições	3.2

A comissão acredita que com o maior detalhamento dos itens que compõem este quesito, o desempenho da área mostrará um incremento significativo na Produção Técnica.

8. INSERÇÃO SOCIAL

Neste quesito buscaram-se destacar um conjunto de indicadores que envolveriam as ações/intervenções de docentes e discentes dos Programas que representam transferência de conhecimento produzidos por pesquisas anteriores e dentro das linhas de pesquisa dos Programas para os diversos setores sociais, particularmente aqueles que visem minimizar ou solucionar problemas socialmente relevantes de uma população ou de um setor da sociedade, especialmente: a) Participação em Conselhos, Comitês e Comissões; b) Consultorias e assessorias; c) Cursos, palestras, workshops e sites informativos; d) Programas de ação e/ou intervenções junto a instituições e comunidades com necessidades específicas; e) Organização de evento de divulgação científica voltado para o público técnico e geral.

Os indicadores acima parecem refletir a produção da área, uma vez que ao se analisar a distribuição da produção dos Programas (Quadro 8) pode-se observar que há produção registrada pelos Programas em todos eles.

As produções aqui consideradas são oriundas das informações registradas pelos Programas nos diferentes campos da Proposta de Programa nos relatórios de 2010.

É importante salientar que a ausência de uma clara definição do que significa *Inserção Social* levou ao registro de informações diversas e em campos diferentes. Ações/intervenções de *Inserção Social* foram registradas nos campos Intercâmbio, Solidariedade, Nucleação, Linhas de pesquisa e no caderno de Produções Técnicas. Essa dispersão, decorrente da falta de clareza na definição do componente *Inserção Social*, gerou, em muitos casos, duplicidade de informações.

Quadro 8. Distribuição dos Programas da: área de Psicologia em 2010, em função de produção ou não em cada indicador de Inserção Social considerados.

Indicadores	Programas			
	SIM		NÃO	
	n	%	n	%
1. Participação em Conselhos, ONGs, setores governo	24	38	39	62
2. Consultorias ou assessorias para políticas públicas	34	54	29	46
3. Cursos, palestras, sites para desenvolvimento técnico	33	52	30	48

4. Programas de ação em instituições/ comunidades	32	51	31	49
5. Organização de eventos de divulgação científica	26	41	37	59

Ainda, a Comissão observou que alguns Programas registravam os itens de *Inserção Social* como pesquisa enquanto outros sequer os registravam.

A distribuição total dos itens de *Inserção Social* por indicadores, para o conjunto dos Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia, é apresentada no Quadro 9.

No total foram contabilizadas 468 ações/intervenções de *Inserção Social*. Observe-se que há uma tendência de concentração da área no **indicador 2** (Consultorias e assessorias às instituições públicas e privadas para elaboração e implantação de políticas públicas e serviços em saúde, educação, meio-ambiente, assistência social, trabalho e gestão, comunitários, dentre outros) e no **indicador 4** que envolve programas de ação e/ou intervenções junto a instituições - escolas/creches, hospitais/postos de saúde/ ambulatórios, centros de referência, conselhos tutelares, órgãos da justiça, quartéis, prisões, escolas de formação para o serviço público, universidades corporativas, instituições responsáveis por pesquisas populacionais, departamentos de trânsito, órgãos de classe etc. - e comunidades com necessidades específicas.

Quadro 9. Distribuição dos itens do componente Inserção Social pelos cinco indicadores considerados para a Área de Psicologia em 2010.

Indicadores	n	%
1. Participação em Conselhos, ONGs, setores governo	78	16,7
2. Consultorias ou assessorias para políticas públicas	111	23,7
3. Cursos, palestras, sites para desenvolvimento técnico	80	17,1
4. Programas de ação em instituições/ comunidades	118	25,2
5. Organização de eventos de divulgação científica	81	17,3
Total	468	100,0

Os dados da Figura 23 apresentam a produção em *Inserção Social* por Programa, tal como declarada em 2010. A mediana do número declarado dessas ações/intervenções foi 5,0. Constata-se a existência de três grandes blocos. O primeiro bloco reúne aqueles Programas cuja produção é nula ou inferior a 5 itens/ano (n=24). O segundo bloco representa, de certa forma, a produção mediana da área de Psicologia em *Inserção Social*, cuja produção nos cinco indicadores analisados se distribui entre 5 e 10 itens/ano (n=29). O bloco três agrupa os Programas cuja produção ultrapassa sensivelmente a mediana da área (n=10 itens/ano). Note-se que há grande variação no número de itens declarados pelos

Programas, o que deve refletir, ainda que parcialmente, diferenças esperadas nos Programas, tendo em vista a ampla variabilidade nas propostas de formação e pesquisa que caracteriza a Área.

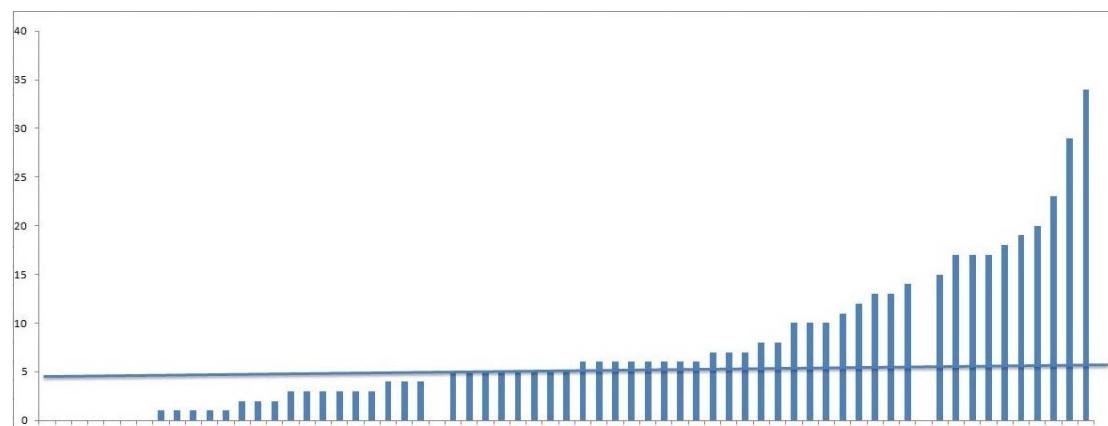


Figura 23. Número de Ações/Intervenções de Inserção Social declaradas pelos Programas da área de Psicologia em 2010.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

37.psic@capes.gov.br

ANEXO 3

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS RELATÓRIOS ANUAIS (COLETA CAPES)



ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS RELATÓRIOS ANUAIS (COLETA CAPES)⁵

Coordenador de Área: *Antonio Virgílio Bittencourt Bastos*
Coordenador-Adjunto de Área: *Maria Amalia Pie Abib Andery*

1. Introdução

O presente texto é uma compilação de sugestões para os Programas de Pós-Graduação considerarem quando do preenchimento de seus relatórios anuais. Não se trata de um manual técnico para lidar com o aplicativo utilizado para tal finalidade, uma vez que a CAPES já o fornece. Trata-se de um conjunto de cuidados que podem contribuir para que as realizações do Programa de Pós-graduação sejam retratadas com maior nitidez e detalhamento, o que facilitará e tornará mais seguro o trabalho de avaliação conduzido pela Coordenação de Área e pela Comissão de Avaliação dos Programas.

No presente documento são apresentados, portanto, considerações e indicações para preenchimento dos relatórios dos Programas e sua relação com os critérios de avaliação no triênio 2010-2012. Como se sabe, o processo de avaliação dos programas apóia-se, fundamentalmente, nos relatórios anuais e nos dados gerados a partir das informações prestadas. Assim, a qualidade dos relatórios e das informações é crítica e, não é raro, que um programa se prejudique em função da ausência de informações relevantes ou de erros no preenchimento do aplicativo. Espera-se, assim, contribuir com os Programas, no sentido de indicar tópicos, dados e registros considerados importantes pela Área e contribuir com o bom andamento da avaliação trienal.

O conjunto de elementos fornecidos ao longo do texto suscita uma preocupação que não é desprezível. Os Programas de Pós-Graduação, em sua maioria, não dispõem de funcionários técnico-administrativos plenamente capacitados a aferir todas as implicações dos diversos aspectos que estão envolvidos no relatório. Isso significa que a tarefa de preenchimento do Coleta CAPES deve ser

⁵ O presente documento foi elaborado a partir de uma versão inicial escrita pelo Prof. Paulo Rogerio Menandro da UFES, em compromisso assumido durante o Seminário Horizontes da Psicologia II. A esta versão foram acrescentadas contribuições dos membros da comissão que analisou os dados e preparou a reunião de acompanhamento dos Programas da Área: Ângela Maria de Oliveira Almeida (UnB), Gerson Aparecido Yukio Tomanari (USP), Jane Corrêa (UFRJ), Maria Ângela Feitosa (UnB), Maria Emilia Yamamoto (UFRN), Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE) e Ricardo Primi (USF).

conduzida ou supervisionada passo a passo pelo Coordenador do Programa ou por Comissão eleita pelo Colegiado para tal finalidade. Transferir tal responsabilidade pode ter implicações sobre as informações fornecidas, o que gera riscos para a avaliação do Programa.

2. Cadastramento das Informações

Um cuidado inicial importante, pelas repercussões que terá para todo o relatório, é o de preencher de forma cuidadosa os cadastros. Na verdade, os cadastros de docentes e de discentes, por razões óbvias, quase sempre são preenchidos de forma adequada, mas no cadastro de outros participantes não é incomum a omissão de informações importantes.

A identificação da filiação institucional desses outros participantes (co-autores, membros de bancas examinadoras, componentes de equipes envolvidas em projetos de pesquisa ou de extensão, eventuais responsáveis ou co-responsáveis por disciplinas) é importante pelo que revela sobre intercâmbio interinstitucional e, nos casos das bancas examinadoras, é o dado que permite calcular o percentual de bancas que contam com participantes externos ao Programa e à instituição.

No cadastro de docentes não há necessidade de incluir docentes que prestaram colaboração eventual com o Programa, na forma de condução de uma disciplina concentrada ou de um seminário. Essa colaboração será registrada no campo das disciplinas oferecidas e poderá ser destacada em um dos campos que permitem a inclusão de texto, como será esclarecido mais adiante.

Devem ser registrados como professores visitantes apenas aqueles que estejam em regime de colaboração com o Programa por, no mínimo, um período letivo completo. Docentes que colaboraram de outras formas devem aparecer no cadastro de outros participantes.

A participação em docência ou em orientação de estagiários de pós-doutorado deve ser registrada nos campos apropriados (disciplinas oferecidas e cadastro de discentes – como orientador ou co-orientador) e esclarecida em um dos campos que permitem inclusão de texto. O estagiário de pós-doutorado, dessa forma, não deve ser relacionado como docente, mas sim como outro participante.

Devem ser relacionados como docentes permanentes, aqueles que tenham atividade regular e continuada no Programa e que sejam responsáveis por disciplinas, por orientações e pela condução de projetos, mesmo que estejam aposentados ou que tenham vínculo formal com outra instituição (ver a este respeito as Portarias 01 e 02 de 04 de janeiro de 2012, da CAPES).

Devem (ou podem) ser relacionados como docentes colaboradores:

- a) professores de uma disciplina específica que não assumem orientações;
- b) docentes que estão ingressando no Programa, assumindo disciplinas e/ou orientações, mas que ainda não atingem critérios estipulados pelo próprio Programa para serem enquadrados na condição de docente permanente;
- c) docentes aposentados que permanecem atuando em disciplinas e em orientações, mas que, em acordo com o Programa, deixam de participar de todas as atividades e ficam descompromissados com a manutenção do mesmo nível de produção que mantinham quando estavam em atividade plena;
- d) docentes de outras instituições que mantenham colaboração com o Programa na oferta de disciplinas e na condução de orientações;
- e) docentes permanentes que tenham assumido funções administrativas ou políticas cujo desempenho comprometerá a produção científica (Reitor, Pró-Reitor, Secretário Estadual ou Municipal, Diretor de Agência de Fomento Federal, Estadual ou Municipal, ou similares), de acordo com a conveniência do Programa.

É evidente que, exceto no último caso acima mencionado, depõe contra o Programa eventual prática de, repetidamente, retirar da condição de docente permanente alguém cuja produção foi pouco expressiva em determinado momento e voltar a considerá-lo docente permanente quando sua produção se eleva. Da mesma forma, docentes altamente produtivos mas que não orientam e que apenas contribuem esporadicamente com o Programa não podem ser cadastrados como permanentes apenas em função da sua elevada produtividade. Em ambos os casos, a Coordenação de Área e a Comissão de Avaliação efetuarão mudanças que ajustem a classificação do docente ao seu efetivo papel no Programa, conforme definição dos textos normativos que regem a questão.

Ressalta-se que falhas no cadastramento de docentes colaboradores e permanentes têm impacto enorme na construção de vários indicadores de desempenho do programa, especialmente nos quesitos corpo docentes e corpo discente, mas também naqueles relacionados com a organização de pesquisa do Programa.

Os cadastros não devem ser preenchidos apenas com nomes resumidos. Utilize o nome completo, pois pode ser necessário ao Comitê de Avaliação buscar informações nos Currículos Lattes, o que será inviável no caso da única identificação disponível ser pouco pródiga em informações (por exemplo, algo como M. Alves ou J. Teixeira).

Aproveita-se aqui a menção ao cadastro de docentes para antecipar uma informação relativa à produção do Programa. Deve ficar claro para o responsável pelo preenchimento do relatório que só devem ser relacionados como produção



publicada itens nos quais docentes permanentes e/ou alunos e/ou egressos figurem como autores ou co-autores.

No caso de docentes permanentes, não devem ser relacionados itens de produção em co-autoria exclusivamente com alunos de outros Programas nos quais o docente também oriente, pois tal produção é, certamente, resultado das atividades desenvolvidas em outros Programas.

Quanto aos egressos, é evidente que o item publicado que é registrado deve estar relacionado com suas dissertações ou teses. Quando ocorrer de um egresso publicar tardivamente (mais de dois anos após a conclusão) um texto derivado de sua atividade no Programa é importante explicar no campo final do item de produção (que aceita texto) sua condição de egresso, uma vez que o sistema Coleta deixará de identificá-lo como tal após esse período. Não são consideradas para efeito de avaliação a produção de egressos com muitos anos de conclusão de curso, que já se encontram em outras instituições e desenvolvendo trabalhos que pouca ou nenhuma relação guardam com as linhas de pesquisa do Programa.

3. Proposta do Programa

A análise das Propostas dos Programas, bem como o relatório do GT Solidariedade do Seminário Horizonte realizado pela ANPEPP em dezembro de 2011, mostrou a necessidade de definir com clareza os itens: Visão Geral, Evolução e Tendências, Infra-estrutura – Biblioteca, Intercâmbios institucionais, Outras informações, Proposta do Programa - Trabalhos em Preparação, Atividades Complementares, (Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa, Inserção Social), Solidariedade, Nucleação e Visibilidade. Ainda, observou-se a necessidade de se indicar o campo no qual estas atividades devem ser registradas, evitando, entre outros, dispersão das informações e duplicidade de pontuação de certos itens.

O item do relatório Proposta do Programa é constituído por diversos campos nos quais as informações devem ser fornecidas como texto. Em sua maior parte, eles estão claramente definidos; outros necessitam de um maior detalhamento, os quais serão aqui apresentados. Muitas das sugestões aqui apresentadas visam também evitar as repetições e, por consequência, a sobreposição e dupla pontuação sobre os itens registrados. Os campos da Proposta do Programa estão abaixo relacionados; aqueles que necessitam de um melhor detalhamento estão marcados (em negrito).

✓ a) **Visão Geral, Evolução e Tendências**

b) Integração com a Graduação (benefícios recíprocos da integração com cursos de graduação. Resultados obtidos),



- c) Integração com a Graduação (estágio de docência do pós-graduando junto aos alunos da graduação),
- d) Infra-estrutura - Laboratórios
- ✓ **e) Infra-estrutura – Biblioteca**
- f) Infra-estrutura – Recursos de informática,
- g) Infra-estrutura – Outras informações
- ✓ **h) Intercâmbios institucionais**
- i) Quais os pontos fortes do Programa
- j) Em quais pontos o Programa precisa melhorar
- ✓ **I) Outras informações**
- m) Ensino à distância
- ✓ **n) Trabalhos em Preparação**
- ✓ **o) Atividades Complementares:**
 - **Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa,**
 - **Inserção Social**
- p) Críticas/sugestão para o Comitê de Avaliação
- ✓ **q) Solidariedade**
- ✓ **r) Nucleação**
- ✓ **s) Visibilidade**

A primeira informação a considerar no preenchimento dos campos da Proposta do Programa é de natureza técnica. Quando o material enviado é processado pela CAPES os textos incluídos perdem a formatação original. Sendo assim, **não inclua tabelas ou gráficos**, pois eles serão alterados e ficarão incompreensíveis, impedindo o avaliador de compreender a informação fornecida

Proposta do Programa - Visão Geral, Evolução e Tendências

O campo **Visão Geral, Evolução e Tendências** é bastante aberto e pode conter informações diferentes de acordo com as características do Programa que o preenche. Mesmo considerando que essa liberdade deve ser preservada, sugere-se que sejam apresentadas informações históricas essenciais sobre o Programa, abrangendo tanto o nível de Mestrado como o de Doutorado (caso já esteja

implantado): contexto em que surgiram, aspectos regionais de interesse para sua compreensão, área(s) de concentração e linhas de pesquisa, evolução ao longo dos triênios tanto na estrutura da proposta como na avaliação, docentes com atuação destacada na área que fizeram parte do corpo docente, titulações já concedidas. Não há necessidade, em função da capacidade de caracteres do campo, de apresentar um histórico detalhadíssimo – é mais interessante, se o Programa considerar indispensável, que esse histórico detalhado fique disponível na página do Programa, informando-se no relatório a disponibilidade de tal arquivo.

Nesse mesmo campo Visão Geral, Evolução e Tendências devem aparecer informações sobre a estrutura curricular. Mesmo que no relatório exista um setor específico para indicar o elenco de disciplinas do Programa, não há local em que a estrutura curricular seja detalhada. Esse detalhamento significa indicar que disciplinas ou atividades são obrigatórias para Mestrado e para Doutorado, se as exigências são comuns a todos os estudantes ou se variam conforme a área de concentração ou linha de pesquisa com a qual se dá sua vinculação, quantas disciplinas ou atividades devem ser cumpridas por mestrandos e doutorandos, além de outras informações pertinentes que o Programa considerar relevante informar.

Sugestões para o preenchimento do Coleta CAPES na apresentação da Estrutura Curricular

- a) Incluir duração dos cursos (mestrado e doutorado), número total de créditos, total em disciplinas obrigatórias e nas optativas/eletivas.
- b) Incluir a síntese da estrutura curricular do curso e seu fluxograma, apresentando os objetivos e importância dos componentes curriculares na proposta do programa (obrigatórias de núcleo comum, obrigatórias por área de concentração e/ou linhas de pesquisa, optativas, conforme pertinente a cada estrutura curricular), listando as disciplinas que os compõem.

Exemplos (disciplinas obrigatórias e eletivas):

“Disciplinas obrigatórias procuram dar domínio pleno da área de conhecimentos do Programa e enfatizar o aprimoramento metodológico no trabalho científico, enquanto uma diversidade de disciplinas opcionais abrange os diversos conteúdos das linhas de pesquisa do Programa.”

“As disciplinas do PPG (...) de mestrado e doutorado encontram-se organizadas em três núcleos: (a) Disciplinas Fundamentais e (b) Disciplinas Específicas (c) Disciplinas Exclusivas do Doutorado. As disciplinas fundamentais tratam de conteúdos gerais, ligados à avaliação e a métodos básicos de análise de dados. Compõem o núcleo as disciplinas: Seminário de Pesquisa I (4 créditos)”

**Exemplo (fluxograma):**

"Ao ser selecionado para o curso, o aluno vincula-se automaticamente a um orientador e a uma linha de pesquisa, o que irá determinar sua trajetória ao longo do curso. Durante o primeiro ano, deverá cursar sete disciplinas obrigatórias e duas disciplinas eletivas, necessariamente vinculadas à linha de pesquisa na qual seu projeto se insere. No segundo ano, deverá dedicar-se ao aprofundamento de sua formação em pesquisa e à preparação de sua dissertação. A duração do curso é, portanto, de 24 meses. As Práticas de Pesquisa desenvolvem-se concomitantemente aos projetos de pesquisa dos docentes, em encontros semanais ao longo de todo o curso, e privilegiam a discussão teórica e a pesquisa, permitindo assim aos alunos o aprofundamento teórico dos temas de sua dissertação e a participação nos projetos de pesquisa de seus orientadores."

- Descrever de forma sucinta como se organiza a formação para a docência na estrutura curricular: conteúdo, existência de curso preparatório para a atividade docente, se houver, existência de atividades complementares, como atendimento aos alunos, preparação de aulas, supervisão de atividades práticas etc..

Exemplo:

A formação em docência requer o envolvimento dos alunos em atividades associadas ao ensino de graduação. Os discentes, sob supervisão de docentes: 1) colaboraram na preparação de aulas; 2) na supervisão de alunos de graduação em tarefas de pesquisa; 3) no ensino de graduação, ministrando aulas, organizando seminários temáticos, e em oficinas para o desenvolvimento de habilidades profissionais."

- Descrever, se houver, componentes inovadores: consideramos como atividades inovadoras aquelas que introduzem no Programa atividades pouco frequentes, como disciplinas que incluem atividades de extensão, ou que tenham como resultados produtos frequentemente inerentes à formação do discente, como a redação de artigos científicos resultantes do desempenho na disciplina.

ATENÇÃO: não incluir regimentos do Programa ou da Instituição e outros documentos oficiais.

Ainda no campo Visão Geral, Evolução e Tendências, em acréscimo à descrição da Estrutura Curricular e como parte da proposta de formação do programa, devem ser descritos os perfis dos egressos que o Programa pretende

formar. Em muitos programas, o perfil do egresso é inserido de forma difusa e limitada dentre os objetivos do Programa. Entretanto, recomenda-se que os programas atentem para a inclusão clara e, na medida do possível minuciosa, dos perfis dos egressos com base nas competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo do curso de mestrado e, quando for o caso, ao longo do curso de Doutorado.

Exemplo (Perfil dos egressos):

“É esperado que os estudantes dos cursos de mestrado e doutorado,... , desenvolvam um perfil de competências profissionais similar. Ambos os cursos são vistos como etapas de desenvolvimento interligadas e com intersecções bem vindas. A passagem, do primeiro para o segundo curso, é vista como um processo gradativo de transferência de autonomia para o estudante. O mestrado, entretanto, oferece terminalidade, como asseguram as atuais normas de pós-graduação do país. As competências esperadas desses egressos estão classificadas nos campos da pesquisa, ensino e extensão e detalhadas a seguir.

COMPETÊNCIAS EM PESQUISA:

- Ter domínio dos pressupostos epistemológicos das teorias e abordagens em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
- Analisar criticamente a literatura científica em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
- ...

COMPETÊNCIAS EM ENSINO:

- Elaborar programas de curso, disciplinas e treinamentos nos âmbitos do ensino superior, com base nos fundamentos da Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
- Elaborar planos de aula nessas áreas, contendo objetivos, conteúdo de ensino, sistema de avaliação, estratégia pedagógica e bibliografia;

-...

COMPETÊNCIAS EM EXTENSÃO:

- Promover a mediação entre a ciência e a prática em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, visando formular, coordenar, executar e avaliar projetos de intervenção profissional;
- ...

Também é importante que no campo Visão Geral, Evolução e Tendências os Programas descrevam claramente as articulações e a coerência entre a denominação e objetivos do Programa com a(s) área(s) de concentração, linhas de pesquisa e os grupos ou núcleos ou temas ou projetos de pesquisa que os compõem. A apresentação e definição das linhas de pesquisa e suas articulações com os projetos de pesquisa foram analisadas no texto da proposta do Programa. Ainda que essas



informações possam ser apreendidas a partir de outras seções do relatório, é importante que o Programa apresente essas informações de forma sucinta e clara como forma imprescindível da caracterização da proposta.

Finalmente, no campo Visão Geral, Evolução e Tendências podem ser fornecidas informações sobre cada integrante do corpo docente, de forma a complementar as informações exígues – resumidas a alguns aspectos de identificação e titulação – que constam do cadastro de docentes. Podem ser incluídas, por exemplo, informações sobre áreas de atuação, orientações já concluídas ao longo da carreira, estágios de pós-doutorado realizados, premiações recebidas, bolsa de produtividade científica, atuação como editor de periódicos ou em editoras universitárias, atuação como membros de comitês de avaliação de agências de fomento, na direção de Conselhos Profissionais, na direção de Sociedades Científicas, no Conselho Nacional de Educação, ou assessoria a órgãos ministeriais cuja atividade tenha alguma relação com as atividades do Programa. Algumas dessas informações são importantes para a avaliação da experiência do corpo docente, que constitui item de avaliação do Programa e são importantes especialmente para avaliar a “maturidade do corpo docente”.

Esse mesmo campo deve ser utilizado para informar critérios utilizados pelo Programa para credenciar, descredenciar e re-credenciar docentes, caso existam. Saliente-se que a existência e a explicitação desses critérios são exigidas na Portaria 01 da CAPES, de 4 de janeiro de 2012.

Proposta do Programa -Infra-estrutura – Biblioteca

Não é necessário, particularmente para os Programas já avaliados com nota 4 ou mais, informar toda a infra-estrutura da Biblioteca. Além de informações gerais, considera-se importante destacar no campo Infra-estrutura – Biblioteca aspectos tais como: (a) novas aquisições que o Programa considera relevantes; (b) horário de funcionamento da biblioteca, especialmente quando este representa acesso aos alunos em horários noturnos ou finais de semana; (c) outras iniciativas inovadoras de Bibliotecas, tais como bancos de dados não existentes no Portal CAPES.

Proposta do Programa - Intercâmbios Institucionais

O campo Intercâmbios Institucionais refere-se às atividades conjuntas e sistemáticas do Programa com seus congêneres, ou seja, ações de troca entre



Programas, instituições, grupos e/ou núcleos de pesquisa, impulsionadas por interesses comuns de formação e pesquisa.

Vale ressaltar a importância de assinalar alguns tipos de intercâmbio que podem envolver o Programa como um todo ou apenas alguns de seus docentes e discentes. Os registros dos intercâmbios devem ser feitos atentando-se para os indicadores abaixo relacionados (os quais não devem ser considerados como exaustivos). Observa-se que as informações aqui registradas serão complementadas por algumas das informações inseridas no cadastro Outros Participantes.

Indicadores de Intercâmbios Institucionais:

1. Encaminhamento/acolhimento de discentes (mestrando e doutorando) em missões de estudo realizadas para cursar disciplinas ou atividades relativas aos seus projetos de mestrado e/ou doutorado, podendo ou não ser formalizadas como co-orientação.
2. Encaminhamento/acolhimento e supervisão de estágio pós-doutoral entre Instituições parceiras.
3. Desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa multicêntricos (participação conjunta em editais de apoio científico, como por exemplo, INCTs, PRONEX, COFECUB, Projetos Integrados de Pesquisa, dentre outros). Os projetos conjuntos devem, necessariamente, evidenciar uma parceria entre Programas Congêneres, o que vem sendo denominado de relações horizontais).
4. Encaminhamento/acolhimento de docentes em missões de trabalho para realizar atividades acadêmico-científicas.
5. Outras iniciativas inovadoras.

Os coordenadores devem registrar neste campo até 10 intercâmbios, em ordem de importância (o primeiro registro indicará o mais importante).

Os intercâmbios registrados podem se concentrar em um único indicador. Em cada uma das atividades registradas, informar:

- a) Título/descrição da atividade
- b) Projeto de pesquisa a que se vincula
- c) Duração da atividade (dia/mês/ano)
- d) Instituições envolvidas
- e) Nº de docentes e discentes envolvidos

Proposta do Programa – Outras informações

O próximo campo a ser comentado é aquele identificado como Outras Informações. É evidente que tal campo é reservado para cada Programa acrescentar informações esclarecedoras sobre aspectos de sua estruturação ou de seu desempenho que considera positivos. Dessa forma, podem aparecer em tal campo aspectos bastante específicos de cada Programa.

Adicionalmente aos aspectos específicos de cada Programa, são sugeridos a seguir cinco itens que podem aparecer em tal campo:

- a. Informações sobre Dissertações e Teses defendidas organizadas de forma comparativa com períodos anteriores. No caso dos relatórios referentes ao último ano do triênio é sempre útil para o avaliador o fornecimento de informações que facilitem comparações com o triênio anterior.
- b. Informações complementares àquelas disponíveis no cadastro de Outros Participantes sobre Professores de outras instituições que estiveram em atividades (bancas e eventuais disciplinas) no Programa.
- c. Informações sobre a relação candidatos/vaga nos últimos processos seletivos, para Mestrado e para Doutorado. Informações sobre região de origem dos aprovados.
- d. Informações sobre Seminários de Avaliação de projetos de Dissertações e Teses, caso existam no Programa, com indicações dos avaliadores externos convidados nas últimas edições.
- e. Informações sobre eventos em cujos anais docentes e discentes publicaram resumos, detalhando: nome do evento, cidade em que ocorreu, número de resumos, número de docentes autores, número de doutorandos autores, número de mestrandos autores (não há necessidade de nomear os autores).

O último item enseja um comentário adicional, que antecipa parcialmente as sugestões sobre Produção Intelectual. A Coordenação da área de Psicologia entende que a informação detalhada sobre cada resumo de apresentação é desnecessária. Mesmo considerando que a ausência dessa informação afeta o banco de dados da Capes, é difícil imaginar a utilidade, para a compreensão da pós-graduação brasileira atual, de relacionar centenas de resumos todos os anos, disponíveis nos grandes arquivos eletrônicos que hoje constituem os anais dos inúmeros eventos da área. Como se verá mais à frente, isso não inclui os trabalhos completos publicados em anais de eventos, cujo arrolamento pode ser mantido quando interessar ao Programa, como será esclarecido adiante.



Proposta do Programa – Atividades em Preparação

No campo Trabalhos em Preparação registram-se informações que antecipam realizações que deverão aparecer nos anos seguintes, o que pode ganhar dimensão especial no caso de Programas que estão passando por dificuldades, ou pode indicar a possibilidade de um incremento expressivo no desempenho de Programas que já apresentam realizações reconhecidas e bem avaliadas.

Ainda assim, registra-se que a função de tal campo do relatório deve ser relativizada, uma vez que a avaliação se vale de procedimentos nos quais se dá importância a realizações efetivas e não a promessas ou expectativas. Alguns programas optam por não informar trabalhos em preparação, até mesmo porque esta descrição envolve informações difíceis de serem reunidas. Outros mencionam apenas artigos já aceitos para publicação.

Sugere-se que o Programa informe dados sintéticos sobre os Trabalhos em Preparação, tais como o número de artigos, livros e capítulos (a) submetidos, (b) em avaliação, (c) no prelo. Torna-se desnecessário, portanto, listar um a um cada trabalho em preparação, discriminando-se autores, títulos ou outras informações. É suficiente traçar um quadro geral do número de itens em cada um dos estágios acima, de modo a fornecer ao avaliador, uma visão do potencial de crescimento e/ou de manutenção da situação de produção do Programa. Sugerimos, adicionalmente, que os Programas que apresentem níveis de produção iguais ou superiores ao nível médio da área, conforme divulgado no relatório da avaliação trienal passada e aqueles que estão próximos ou ultrapassem o teto da tabela de melhor produção, não precisam informar trabalhos em preparação. Ou seja, este item será observado apenas para os Programas que apresentaram alguma queda nos indicadores de produtividade.

Proposta do Programa – Atividades Complementares

É importante considerar no campo Atividades Complementares dois itens, a saber:

a. Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa.

Neste item deverão ser informadas todas as atividades acadêmico-científicas dos docentes realizadas fora do âmbito do Programa. São exemplos destas atividades:

- i. Membros de comissões, comitês de agência de fomentos,

- ii. Cargos de direção em agências de fomento,
- iii. Membros de comitês e comissões científicas de associações e de eventos científicos (avaliações externas PIBIC, Seminários de Avaliação de projetos de Dissertações e Teses etc.),
- iv. Pareceristas em revistas científicas (indicar número de pareceristas por revista),
- v. Membros de comitês de ética,
- vi. Outras iniciativas inovadoras.

b. **Inserção social.**

Este item envolve todas as ações/intervenções de docentes e discentes do Programa que representam transferência de conhecimento produzido por pesquisas anteriores e dentro das linhas de pesquisa do Programa para os diversos setores sociais, particularmente aqueles que visem minimizar ou solucionar problemas socialmente relevantes de uma população ou de um setor da sociedade.

As ações/intervenções relativas à inserção social podem ser muito variadas e podem se diferenciar conforme a subárea da Psicologia. É necessário que essas ações/intervenções tenham vinculação com a área de concentração e com as linhas de pesquisa do programa. Não devem ser aqui incluídas aquelas ações que geram PRODUTOS (incluir no caderno “PRODUÇÃO TÉCNICA”).

Serão considerados indicadores de inserção social:

- a) Participação em Conselhos, Comitês e Comissões em ONGs ou Setores governamentais.
- b) Consultorias e assessorias às instituições públicas e privadas para elaboração e implantação de políticas públicas e serviços em saúde, educação, meio-ambiente, assistência social, trabalho e gestão, comunitários, dentre outros (que não geram relatórios).
- c) Cursos (de extensão de curta duração, de atualização, cursos de aperfeiçoamento e de especialização), palestras, workshops e sites informativos que objetivem a formação e desenvolvimento profissional e técnico e informações para o público em geral.
- d) Programas de ação e/ou intervenções junto a instituições (escolas/creches, hospitais/postos de saúde/ ambulatórios, centros de referência, conselhos tutelares, órgãos da justiça, quartéis, prisões, escolas de formação para o serviço público, universidades corporativas, instituições responsáveis por pesquisas populacionais, departamentos de trânsito, órgãos de classe, etc.) e comunidades com necessidades específicas.

- e) Organização de evento de divulgação científica voltado para o público técnico e geral (seminários, colóquios, feiras de ciência, entre outros).
- f) Outras iniciativas inovadoras.

Os Programas devem registrar neste item até 5 (cinco) atividades, considerando o conjunto dos indicadores acima a cada ano. Pode haver concentração em um único indicador, se for de interesse do Programa. Para cada uma das atividades registradas no item INSERÇÃO SOCIAL, informar:

- a) Título/descrição da atividade
- b) Projeto de pesquisa a que se vincula
- c) Público atendido:
- d) Duração da atividade (dia/mês/ano)
- e) Instituições envolvidas (quando se aplicar)
- f) Nº de docentes e discentes envolvidos

Há alguns anos foram incluídos três novos campos que são considerados na avaliação: Solidariedade, Nucleação e Visibilidade, para os quais buscamos descrever o que a Área julga pertinente avaliar.

Proposta do Programa – Solidariedade

O objetivo precípua das Ações de Solidariedade acadêmico-científica é a criação e/ou consolidação de Programas de Pós-Graduação por meio do estabelecimento de parcerias entre Programas ou entre Programas e instituições/grupos/núcleos de pesquisa, necessariamente com diferentes níveis de consolidação.

São considerados indicadores de Solidariedade:

- a) Participação em projetos formais de cooperação solidária entre Programas, em nível internacional (por exemplo, Programas de cooperação com o Cone Sul, África, COFECUB, Erasmus).
- b) Participação em projetos de cooperação solidária entre Programas de Pós-Graduação, como por exemplo, Procad, Casadinho, MINTER/DINTER, INCTS (quando integra programas com diferentes níveis de consolidação) e/ou equivalentes no âmbito de agências estaduais ou municipais de fomento à pesquisa.

- c) Participação em projetos de cooperação solidária entre Programas de Pós-Graduação e grupos/núcleos emergentes de pesquisa, oriundos de instituições que ainda não possuem programas de Pós-Graduação.
- d) Outras iniciativas inovadoras.

Os Programas devem registrar até 5 (cinco) ações a cada ano (podendo se concentrar em um único indicador, se for do interesse do Programa). Para cada uma das atividades registradas, informar:

- a) Título/descrição da atividade
- b) Instituições parceiras
- c) Agência financiadora (se for o caso)
- d) Duração da atividade (mês/ano)
- e) Instituições envolvidas
- f) Nº de docentes e discentes por instituição envolvida
- g) Resultados obtidos

Proposta do Programa – Nucleação

Em seu sentido original Nucleação se refere à contribuição do Programa para o surgimento de novos Programas da área. É claro que Programas cujas características permitam informar esse tipo de contribuição devem fazê-lo, mas seguindo as sugestões da área de Psicologia, isto deve ser feito no campo Solidariedade.

Todavia, há outras informações que todos os Programas podem fornecer em tal campo, modificando em parte a noção de Nucleação. Essas informações dizem respeito aos egressos, ou seja, à presença do Programa em outras instituições.

Sugere-se que estas informações se pautem em levantamentos feitos pelo Programa, buscando responder às seguintes questões: Qual a atual situação ocupacional dos egressos, nos país ou no exterior (atuação em instituições de ensino públicas ou privadas, atuação em outros órgãos públicos, atuação como profissional autônomo)? Quantos mestres continuaram formação em nível de doutorado no próprio Programa ou em outros? Os egressos do mestrado e do doutorado que atuam como docentes no país ou no exterior estão lotados em quais universidades? Há egressos no corpo docente de quais Programas de Pós-Graduação? Há egressos com bolsa de produtividade em pesquisa?



Na medida do possível, quando a massa de informações for grande, sugere-se que elas sejam quantificadas, por exemplo: egressos atuando em IES, egressos atuando em secretarias, ministérios ou outros organismos públicos etc.. Não é desejável que o Programa informe a situação de caso a caso, nomeando os egressos. É importante traçar um quadro geral da situação dos egressos, a partir de levantamentos que por ventura o Programa tenha realizado.

Proposta do Programa – Visibilidade

Em relação ao campo Visibilidade, a preocupação deve ser a de fornecer as informações que indiquem aos avaliadores de que forma as atividades do Programa são tornadas públicas e transparentes, principalmente por meio de informações disponibilizadas pela internet. Não é preciso reproduzir no relatório informações que se encontram na página do Programa. É importante, no entanto, colocar o link para o acesso à página, o que sempre é feito no processo de avaliação.

Indicadores de Visibilidade:

- Disponibilização de página do Programa com todas as informações sobre o Programa, como por exemplo:
 - a) idiomas de acesso à página
 - b) informações sobre o programa
 - objetivo
 - linhas de pesquisa
 - grade curricular
 - pré-requisitos de ingresso e obtenção do(s) título(s)
 - c) legislação e normas (formulários e documentos)
 - d) laboratórios/núcleos de pesquisa/docentes vinculados
 - e) disciplinas ofertadas no semestre (indicando o docente responsável, ementa e bibliografia atualizada)
 - f) docentes do programa (com CV Lattes),
 - g) acesso às dissertações e teses defendidas no programa,
 - h) convênios e acordos de cooperação
 - i) outras informações

4. Produção Intelectual

O presente conjunto de sugestões será finalizado com a abordagem de diversos temas relacionados ao campo **Produção Intelectual dos Programas**. O tema se inicia com uma advertência.

A advertência refere-se à importação de informações sobre produção diretamente dos currículos de docentes e discentes disponíveis na plataforma Lattes. No caso dos Programas com corpo docente grande e/ou no caso de Programas com muita produção, utilizar esse recurso de importação de dados é quase inevitável.

Há necessidade, porém, de estar especialmente atento ao que foi importado para fazer correções e ajustes, que são indispensáveis, uma vez que muitos currículos são alimentados com imprecisão ou com informações incompletas. São vários os aspectos aos quais é preciso estar atento. Alguns exemplos:

- a) Pequenas diferenças na forma como co-autores, sendo ambos do Programa, informam um artigo (por exemplo, no título, no nome do periódico ou em sua abreviação, no ISSN, no número do volume ou do fascículo, na ordem dos autores) farão com que o artigo seja relacionado duas ou mais vezes no relatório, inflando a produção indevidamente. Tais lançamentos serão glosados pelos avaliadores, mas poderá restar algum tipo de suspeição.
- b) Ao buscar nos currículos a produção de um determinado ano, por exemplo, 2011, o Programa poderá ser prejudicado, caso tenham ocorrido nesse ano publicações em edições de periódicos ou de livros datados do ano anterior, que foram concluídos com atraso. Toda publicação anterior ao ano base que está sendo relatado (por exemplo, 2011), e que não tiver sido incluída em algum relatório já apresentado, pode ser lançada no relatório do mencionado ano base, ou seja, 2011. Sendo assim, não há necessidade de retificar relatórios caso o objetivo seja apenas o de incluir novos itens de produção.
- c) No Banco de Dados da Capes alguns periódicos estão identificados com o ISSN correspondente à edição impressa e outros identificados com o ISSN da edição eletrônica. Com isso a importação dos dados poderá resultar em perda de informações importantes, o que só poderá ser reparado com revisão cuidadosa.

OBSERVAÇÕES:

Os itens de produção de maior prestígio para efeito da avaliação dos Programas são os artigos publicados em periódicos científicos com avaliação de pares e os livros (ou capítulos de livros).

No caso dos artigos, mesmo quando o preenchimento do relatório é feito sem importação direta dos currículos, é importante informar o número de identificação digital do artigo (quando existir), e buscar a maior precisão possível no

fornecimento de informações sobre o título do artigo, o(s) nome(s) do(s) autor(es), o ISSN, o nome do periódico, o ano da publicação, o número do volume, o número do fascículo (quando houver), as páginas iniciais e finais.

Destaca-se mais uma vez que o Banco de Dados a partir do qual a seleção do nome do periódico e do ISSN é feita pode incluir somente o ISSN da edição eletrônica ou da impressa (na maior parte dos casos qualquer um deles pode ser informado, pois as edições impressa e eletrônica são idênticas). Nesse mesmo Banco de Dados existem diversos periódicos com nomes idênticos, o que exige especial atenção de quem está lidando com o preenchimento do relatório.

Quando houver dificuldade muito grande de obter informações sobre algum dos co-autores de uma publicação, impedindo seu cadastramento como Outro Participante, é conveniente informar, no campo de texto existente ao final da ficha de cada publicação relatada, que fulano de tal também é co-autor do texto.

No caso de periódicos eletrônicos sem paginação é importante informar o número do artigo (se houver), ou fornecer informações complementares sobre o tipo de texto e sua dimensão.

Pode parecer um cuidado exagerado, mas é fornecida a seguir uma listagem do que não deve ser relatado como artigo publicado em periódico científico com avaliação de pares. São as seguintes modalidades de texto: (a) editorial, (b) resenha, (c) obituário, (d) traduções, (e) anúncio de evento, (f) resumo, (g) homenagem, (h) entrevista, (i) cartas ao editor, (j) crônica, (k) poema, (l) textos de qualquer natureza postados em blogs ou assemelhados, (m) textos em jornais diários, (n) textos em informativos de classes profissionais, (o) textos em informativos de sociedades científicas ou entidades profissionais, (p) textos em revistas jornalísticas ou de divulgação, (q) textos de apresentação em folhetos ou libretos de eventos culturais, (r) textos opinativos em revistas de partidos políticos ou fundações a eles vinculadas.

Como já foi informado não há necessidade de relatar resumos publicados em anais de eventos, embora tal prática não esteja impedida. Os trabalhos completos publicados em anais de eventos (que, na Psicologia, não constituem publicação terminal, ou seja, muitas vezes serão republicados como artigos ou capítulos), não são mais, desde o triênio 2007-2009, considerados na construção dos indicadores de produção do programa. Sugerimos que sejam informados apenas os trabalhos completos que foram apresentados em eventos científicos por alunos do programa, já que tais itens podem ser considerados na avaliação do corpo discente.

No caso dos livros é importante não deixar de informar com correção (a) o título, (b) o(s) autor(es), (c) o ISBN e (d) a editora. No caso de capítulos de livros, além dessas informações não devem ser omitidos (a) o título do livro no qual aparece o capítulo, (b) o(s) nome(s) do(s) organizador(es), e (c) o número de páginas do capítulo. Os mesmos cuidados já apontados em relação aos artigos valem para a

indicação da produção de livros e capítulos. É comum a repetição de itens que decorrem de pequenas diferenças na forma como estão registrados em diferentes Currículos Lattes. Da mesma forma, é fundamental, para que o item seja considerado na avaliação, a indicação do ISBN e das páginas da publicação. Apresentações e prefácios de obras não podem ser considerados capítulos e, portanto, não precisam ser informados.

Informações adicionais sobre os livros e capítulos serão solicitadas pela Coordenação de Área em momento posterior à entrega dos relatórios, para subsidiar a classificação de capítulos e livros e sua valorização como produção bibliográfica. Solicitamos que os coordenadores atendam à solicitação, uma vez que a valoração da produção dependerá dessas informações. Em outra oportunidade a Coordenação de área fará recomendações específicas para o preenchimento dessas informações no sistema especificamente construído para a avaliação dos livros da Área da Psicologia. Sem o registro da obra no sistema e sem o envio da mesma para a Biblioteca de Referência da Área (Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP), a obra não será avaliada e, portanto, não será incluída na produção do Programa.

Existe um item do relatório no qual é possível informar Publicações em Jornais e Revistas, ou seja, em publicações jornalísticas. A sugestão é a de que sejam informados apenas textos de divulgação ou textos opinativos pertinentes à área de concentração ou às linhas de pesquisa do Programa. Alguns dos itens relacionados em ponto anterior do presente texto com o objetivo de exemplificar o que não deve ser informado como artigo em periódico científico, podem ser aproveitados como Publicações em Jornais e Revistas.

Não há necessidade de indicar as cinco melhores produções do Programa. Tal informação, cuja apuração é delicada em alguns Programas, não será levada em conta no procedimento de avaliação de produção bibliográfica. Todos os itens de produção serão avaliados e hierarquizados a partir do conjunto de regras que definem o Qualis Periódico da Área e o Sistema de avaliação de Livros.

Finalmente, duas informações complementares importantes sobre o que registrar como produção bibliográfica do Programa: em relação a egressos, como já destacado anteriormente, não se deve considerar a produção de alunos que concluíram a sua pós-graduação há mais tempo e que já não guardem relação com as linhas de pesquisa do Programa. Já identificamos casos de inclusão de itens produção de egressos que concluíram a pós há mais de dez anos e que já são, inclusive, docentes vinculados a outros Programas de Pós-Graduação. A inclusão deste tipo de produção será excluída.

Em relação à produção do corpo discente do programa, especialmente aquela que não envolve docentes como co-autores, é importante atentar para a sua pertinência às linhas de pesquisa à qual o aluno se encontra vinculado, no caso de

não ser um produto decorrente da sua tese ou dissertação. Os Programas da Área se diferenciam quanto à norma de publicação conjunta entre docentes e discentes. A maioria deles usualmente estimula tal associação e toda a produção decorrente das pesquisas que geram dissertações e teses terminam sendo uma publicação conjunta do orientador e orientando. O mesmo ocorre em relação a publicações que nascem de trabalhos realizados em disciplinas específicas que o aluno cursa. Em outros Programas esta prática não é usual e é até desestimulada. Por outro lado, muitos Programas recrutam alunos que são docentes e que já desenvolvem atividades de pesquisa e, em decorrência, possuem publicações. O que deve ser inserido como produção do programa são aqueles itens que guardam relação estreita com as linhas de pesquisa do Programa e que nasceram a partir de atividades desenvolvidas no Programa. Muita produção exclusivamente de discentes não constituem, de fato, produção do Programa e, no processo de avaliação, tal produção deverá ser excluída. Assim, recomenda-se que os Programas façam tal avaliação no momento de incluir o item que é de autoria exclusiva do discente e que não redundou da sua dissertação, tese ou de trabalhos realizados no âmbito de disciplinas cursadas.

5. Produção Técnica

O relatório abre espaço para indicação de Produção Técnica, que objetiva avaliar produções não-bibliográficas que constituem indicadores indiretos da qualidade das atividades de pesquisa e formação no Programa. Deverão ser declarados como Produção Técnica do Programa:

- a. Organização de Eventos: congressos; reuniões científicas: somente evento(s) nos quais um docente tenha sido o presidente das comissões organizadora ou científica do evento. Não devem ser declarados: eventos nos quais os docentes tenham participado como membros de comissão científica, pareceristas, conferências, coordenação de simpósio ou mesa-redonda ou outras atividades de apresentação de trabalhos ou realização de cursos.
- b. Editoria de Revistas Científicas: apenas para os editores e co-editores do periódico. Não declarar: (a) inclusão como membro do conselho editorial ou pareceres ad hoc; (b) editoria ou organização de livros.
- c. Desenvolvimento de Produtos: (a) instrumentos de avaliação psicológica; (b) registro de patente; (3) registro de propriedade intelectual ou protótipos.
- d. Aplicativos e Software específicos para a área da psicologia: pesquisa e/ ou aplicação.
- e. Material didático ou instrucional (manuais ou cartilhas) para trabalhos de difusão científica ou intervenção técnica. Não declarar como material didático os livros produzidos ou organizados no Programa adotados nos cursos de graduação e/ou

pós-graduação que tenham sido enviados para a Classificação de Livro. Tais produções serão contempladas em produção bibliográfica.

- f. Construção e manutenção de sites de difusão científica ou intervenção técnica.
- g. Produção de Mídias: cds, DVDs, vídeos educativos, campanhas.
- h. Curadoria ou Organização de Exposições.
- i. Programas de rádio e TV. Incluir neste item a participação de docentes e discentes na mídia (revistas, jornais, TV, rádio): entrevistas, programas, opinião ou artigos entre outras participações.
- j. Relatórios de pesquisa. Incluir neste item apenas os relatórios gerados por consultorias ou assessoria técnica a outras instituições. Não declarar: (1) relatórios de pesquisa para agências de fomento ou fundações que financiaram a pesquisa; (2) relatórios de atividades ou cursos de extensão; (3) consultorias, assessorias ou pareceres que não geraram relatórios específicos.
- k. Outros. Reservar este campo SOMENTE para alguma atividade inovadora do Programa que gere algum produto técnico específico não contemplado nos itens anteriores.

Alguns itens que não devem/ precisam ser declarados como Produção Técnica e que, portanto não devem ser preenchidos ou informados: (a) Cursos de curta duração; (b) apresentação de trabalho em Congresso ou Seminário; (c) atividades de consultoria, assessoria ou emissão de pareceres de qualquer natureza; (d) membro de comissão para seleção de Mestrado e Doutorado ou membro de qualquer outra comissão interna do Programa; (participação como membros em bancas examinadoras de tese, dissertação ou bancas em concurso público; (e) coordenação do GT da Anpepp ou de qualquer outro grupo de trabalho; (f) participação em eventos científicos e apresentação de trabalhos de qualquer natureza (conferência, simpósio, mesa-redonda, comunicação, painel, cursos etc.), coordenação de Grupos de Estudos; (g) recebimento de prêmios; (h) pareceres de qualquer natureza, incluindo os de avaliação de artigos científicos, de agência de fomento, de universidades ou outras instituições públicas ou privadas; (i)acordos e/ou convênios; (j) aulas expositivas em cursos de qualquer natureza; (k) PROCAD ou outro programa similar;(l) preenchimento do relatório trienal do programa de pós-graduação. Exemplos destes tipos de produção foram encontrados várias vezes nos relatórios dos Programas em 2010.

Finalmente, com o objetivo de valorizar a Produção Técnica dos Programas na próxima avaliação, solicita-se que os Programas registrem até 5 (cinco)



Produções Técnicas a cada ano e que classifiquem por ordem de importância a produção registrada.

Com o escopo agora delimitado e com um número que pode chegar a até 15 produtos por Programa no triênio, a Comissão de Avaliação irá construir um sistema de avaliação da produção técnica que permita diferenciar de forma mais refinada as contribuições de cada programa, melhorando a qualidade da avaliação até agora realizada deste item.

CONCLUSÕES

As recomendações e orientações elencadas anteriormente buscam tornar o conjunto de informações dos relatórios anuais focalizado naqueles pontos que são os mais relevantes para o processo de avaliação. Busca-se, adicionalmente, diminuir a quantidade de informações que consomem e tornam mais pesado o processo de construção do relatório, além de serem pouco relevantes para a avaliação dos diversos quesitos e itens da ficha. O excesso de informações pouco relevantes termina, por outro, impedindo o avaliador de construir uma visão mais objetiva de como o Programa se estrutura e dos produtos mais significativos que gera. Em síntese, todos os esforços devem ser dirigidos para que as informações relevantes sejam corretamente prestadas, eliminando-se excessos de informações que apenas dificultam a percepção e avaliação das características e desempenho do Programa.

Acreditamos, outrossim, que o exame cuidadoso da ficha de avaliação utilizada pela Área fornece um conjunto de informações relevantes e complementares que podem guiar a elaboração dos relatórios anuais. Ao apontar todos os quesitos e os itens que são avaliados, cada Programa tem um mapa completo das informações que precisam constar do relatório.

Ao melhorar a qualidade dos relatórios espera-se fazer com que no processo de avaliação dos Programas a comissão seja capaz de captar a realidade de cada um e os seus produtos mais significativos, diminuindo o efeito da qualidade do material disponibilizado nos relatórios na determinação do conceito atribuído ao curso.

Finalmente, espera-se que este documento, nesta sua primeira versão, possa ser aprimorado continuamente a partir de contribuições dos Programas. Neste sentido, o levantamento e/ou explicitação de dúvidas e questões que surgem no momento de preenchimento do Coleta podem ajudar a Coordenação de Área a tornar ainda mais específicas e detalhadas as orientações que contribuem para a melhoria do processo de avaliação dos Programas.